

5ª VERSÃO b

# MUNICÍPIO DE TUBARÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA



Antes da pandemia de Covid-19, já havia crise na aprendizagem. Os investimentos aumentam, segundo o Tribunal de Contas, mas o impacto na aprendizagem é pífio, segundo o Ideb. Esta crise foi aprofundada pela pandemia, no ano de 2020 (em que se lecionou com as escolas fechadas para evitar a transmissão do vírus), mas foi em parte superada, no ano de 2021, com a retomada das aulas presenciais (em meio à pandemia, mas com ações sugeridas pela medicina) e com as inovações implementadas (o novo coronavírus impôs perdas, medo, dor e tristeza, mas oportunizou rever e aprimorar procedimentos). Por isso, a

## FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

priorizou, para o ano de 2022, os **protocolos de higiene** (a pandemia não acabou, pelo contrário, se renova), o **fortalecimento do vínculo dos estudantes com a escola**, o **resgate das aprendizagens** e o **aceleramento do futuro** (dos estudantes). Para isso, aperfeiçoará as mencionadas inovações de 2021 e implementará outras – fundamentais para o

## SUCESSO NA ESCOLA, NA VIDA E NO TRABALHO

[educacao@tubarao.sc.gov.br](mailto:educacao@tubarao.sc.gov.br)

(48) 3621-9400

GESTÃO 2021-2024

## SUMÁRIO

<b>1 CARTA AOS DIRETORES DE ESCOLA, PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS, PAIS E ESTUDANTES .....</b>	<b>3</b>
<b>2 ..... TUBARÃO E O ACESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À ESCOLA, DE ACORDO COM O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE (Lei nº 13.005, de 25/06/2014).....</b>	<b>8</b>
<b>3 .... TUBARÃO E A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA ESCOLA, DE ACORDO COM O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE (Lei nº 13.005, de 25/06/2014) ...</b>	<b>9</b>
<b>4 TUBARÃO E QUALIDADE DO ENSINO DE ACORDO COM O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE (Lei nº 13.005, de 25/06/2014) .....</b>	<b>12</b>
<b>4.1 PRINCIPAIS FATORES QUE INFLUENCIAM A APRENDIZAGEM E O QUE FAZER PARA REVITALIZÁ-LOS .....</b>	<b>13</b>
4.1.1.....INCUMBÊNCIAS E (AUTO)AVALIAÇÃO DO DIRETOR DE ESCOLA .....	15
4.1.2..... INCUMBÊNCIAS E (AUTO)AVALIAÇÃO DO SECRETÁRIO DA ESCOLA .....	17
4.1.3...INCUMBÊNCIAS E (AUTO)AVALIAÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	19
4.1.4.....INCUMBÊNCIAS E (AUTO)AVALIAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	21
4.1.5INCUMBÊNCIAS E (AUTO)AVALIAÇÃO DO(A) ESTUDANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	23
4.1.6..... INCUMBÊNCIAS E (AUTO)AVALIAÇÃO DAS FAMÍLIAS .....	24
<b>4.2 A PANDEMIA PIOROU UM QUADRO EDUCACIONAL JÁ DEFASADO, MAS OPORTUNIZOU APRIMORAR PROCESSOS, RESGATAR APRENDIZAGENS E AVANÇAR .....</b>	<b>25</b>
<b>4.3 OUTROS ASPECTOS DA AVALIAÇÃO QUE OPORTUNIZAM AVANÇAR NO ENSINO E NA APRENDIZAGEM .....</b>	<b>29</b>
4.3.1..... AS AVALIAÇÕES INFORMAIS DETERMINAM AS FORMAIS E A APRENDIZAGEM .....	30
4.3.2 NÃO FAÇA MÉDIA. IDENTIFIQUE AS ‘ETAPAS AINDA NÃO VENCIDAS’ E AS RETRABALHE .....	37
4.3.3..... COMO AVALIAR PARA MELHORAR O ENSINO E A APRENDIZAGEM .....	39
4.3.4..... OS EFEITOS DA AVALIAÇÃO ULTRAPASSAM OS LIMITES DA ESCOLA .....	41
4.3.5..... AS DIVERSAS MODALIDADES DE RECUPERAÇÃO – A MONITORIA .....	44
4.3.6.... AS DIVERSAS MODALIDADES DE RECUPERAÇÃO – O TRABALHO DIVERSIFICADO .....	48
4.3.7..... O ÓBVIO E O MÍNIMO EM RECUPERAÇÃO – A CORREÇÃO COLETIVA .....	50
4.3.8.... EMPECILHOS QUE DEVEM SER REMOVIDOS PARA QUE A RECUPERAÇÃO NÃO SE TRANSFORME EM MERA TAPEAÇÃO .....	52
<b>5 .....</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>
.....	59

## **1 CARTA AOS DIRETORES DE ESCOLA, PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS, PAIS E ESTUDANTES**

Prezados,

O principal acerto do ano de 2021 foi iniciarmos as aulas presenciais no mês de fevereiro, em meio à pandemia de Covid-19, mas com as medidas recomendadas pela medicina. Evitamos, com esta iniciativa, multiplicar os prejuízos dos estudantes.

No ano anterior (2020), com as escolas fechadas, para evitar a transmissão do vírus, os estudantes tiveram múltiplas perdas. Perderam aprendizagem (mesmo com os elogiáveis esforços de professores, diretores de escola, estudantes, funcionários e pais para viabilizar aulas on-line ou impressas). Perderam saúde emocional (dobrou a incidência de ansiedade ou depressão no mundo todo, segundo estudo realizado pela Universidade de Calgary, do Canadá). Perderam visão (devido à exposição excessiva às telas de computador ou celular e pouca luz natural), alimentação (para muitos a merenda escolar é a principal, senão única, refeição do dia), segurança física (a maioria das denúncias sobre violência é feita pela escola) etc.

Ficou comprovado, portanto, que estudar somente em casa é altamente prejudicial para os estudantes, em todos os aspectos, e que a escola é o principal equalizador social.

Estes prejuízos foram bem maiores para os estudantes que não estavam conectados à internet (mesmo recebendo aulas por meios impressos) ou que residiam em ambientes que não estimulam a aprendizagem. Ou seja, geralmente os mais pobres, que precisam da melhor educação para romper o ciclo da pobreza.

Isto significa que a pandemia escancarou e aprofundou as desigualdades de oportunidades educacionais, que se convertem em desigualdades sociais e se reconvertem em desigualdades escolares, num ciclo sem fim.

Em fevereiro de 2021, com a retomada das aulas presenciais, em meio à pandemia, mas com os cuidados sugeridos pela medicina, os estudantes foram divididos em três grandes grupos para manter o distanciamento: 1) Os que estudavam todos os dias na escola; 2) Os que estudavam uma semana na escola e outra em casa; e 3) Os que estudavam somente em casa, por serem portadores de comorbidade ou por opção dos pais.

Esta necessária divisão também implicou oferta desigual de oportunidades de aprendizagem. Os que estudaram todos os dias na escola e os que estudaram semana na escola e semana em casa tiveram mais oportunidades de aprendizagem, e, portanto, menores prejuízos. Eles puderam interagir pessoalmente com os professores e com os colegas. Estas interações –

perdidas com as aulas somente em casa – minimizaram as perdas acima mencionadas, principalmente dos que estavam desconectados da internet, por isso são insubstituíveis. Possibilitaram, também, identificar os prejuízos na aprendizagem e na saúde emocional e intervir de forma adequada.

No segundo semestre de 2021, com o avanço da vacina, todos os estudantes puderam estudar todos os dias na escola, exceto os que comprovaram comorbidades. Isso possibilitou aumentar as oportunidades de aprendizagem para mais estudantes, mas tornou a sala de aula mais complexa.

Na mesma sala de aula, em todas as séries, se encontraram os três grupos de estudantes acima mencionados, que até então recebiam diferentes oportunidades de aprendizagem e que, como consequência, estavam com níveis de aprendizagens bem diferentes.

É preciso considerar, também, que antes da pandemia de Covid-19 já havia crise na aprendizagem. Os investimentos aumentam, segundo o Tribunal de Contas, mas o impacto na aprendizagem é quase imperceptível, segundo o Ideb. Esta crise foi aprofundada pela pandemia, no ano de 2020 (em que se lecionou com as escolas fechadas para evitar a transmissão do vírus), mas foi em parte superada, no ano de 2021, com a retomada das aulas presenciais (em meio à pandemia, mas com ações sugeridas pela medicina) e com as inovações implementadas (o coronavírus impôs perdas, medo, dor e tristeza, mas oportunizou rever e aprimorar procedimentos).

Por isso, a Fundação Municipal de Educação de Tubarão priorizou, para o ano de 2022, os **protocolos de higiene, conforme o Decreto Nº 1669 de 11/01/2022** (a pandemia não acabou, pelo contrário, se renova), o **fortalecimento do vínculo dos estudantes com a escola**, o **resgate das aprendizagens** e o **aceleramento do futuro** (dos estudantes). Para isso, aperfeiçoará as mencionadas inovações de 2021 e implementará outras – fundamentais para o sucesso dos estudantes, na escola, na vida e no trabalho, como segue:

**1) Revitalização dos principais fatores que influenciam a aprendizagem.** Por isso, a Fundação Municipal de Educação de Tubarão **selecionou os principais fatores que influenciam a aprendizagem** (esforço, reforço, foco, método, famílias e disciplina), **atualizou as incumbências** dos professores, pais, diretores de escola, secretários e estudantes, para revitalizá-los (fatores), **criou instrumentos** para medir o cumprimento (das incumbências), como detalhado a seguir, e **instituiu bônus** para os que cumprem.

**2) Currículo enxuto** (para que o professor tenha mais tempo para trabalhar e fixar os conteúdos essenciais – iniciar dos pré-requisitos, trabalhar os exercícios de sala de aula e

tarefas de casa e retrabalhar no pós-prova as “etapas ainda não vencidas”, conforme detalhado nos documentos *Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho*, 3ª e 4ª versões).

**3) Planejamentos coletivos, mensais/presenciais/virtuais em novo formato** (entre os professores de todas as séries, disciplinas e idades dos estudantes, no caso da educação infantil – para troca de experiências sobre como trabalhar os **pré-requisitos** do conteúdo a ser trabalhado e como elaborar **atividade ou problematização** que contribuem para desenvolver habilidades a que os estudantes têm direito, conforme a BNCC).

**4) Aulas em novo formato** (conteúdos iniciados pelos pré-requisitos e conceitos prévios dos estudantes, conforme documento *Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho*, 4ª versão).

**5) Reforço no contraturno** (para estudantes com dificuldades em português e matemática, a partir do segundo bimestre).

**6) Prova Tubarão intercalada com a Prova Brasil** (para identificar fragilidades e competências no ensino e na aprendizagem, com o objetivo de superar as primeiras e potencializar as segundas);

**7) Jornal na escola** (junto com outros investimentos e metodologias, abaixo mencionados, e com mudança de postura do professor, mencionada na terceira versão de *Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho* – ‘FOCO’ – e na quarta versão – ‘O que torna uma atividade insignificante para a aprendizagem?’ – para melhorar a leitura, a escrita e a interpretação (imprescindíveis para a aprendizagem de todas as disciplinas) e como instrumento para o professor tornar a aula mais próxima da realidade do estudante.

**8) Inclusão digital** (por meio da conexão de todos os estudantes à internet – **para pesquisas e exercícios por meio on-line** – conforme ‘Aula híbrida’, na 4ª versão do documento *Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho* e Geração 2050).

**9) Fortalecimento do vínculo dos estudantes com a escola** (por meio do monitoramento diário dos principais indicadores educacionais, da Equipe Multiprofissional e da Rede de proteção social).

**10) Fila zerada na Educação Infantil** – uma das principais conquistas dos tubaroneses – mesmo com crianças nascendo todos os dias, com forte migração, de outros estados e de outros países, para Tubarão, e com muitas famílias que perderam renda e a possibilidade de pagar escolas privadas e que procuram a prefeitura. Esta medida influencia positivamente nas demais etapas da escolaridade e da vida das crianças.

**11) Referência estadual no fortalecimento do vínculo do estudante com a escola** e no **Combate à Evasão Escolar**, que no Brasil aumentou de 1,4 milhão de estudantes, antes

da pandemia, para 5,5 milhões, segundo o Unicef, mas na rede municipal de Tubarão, reduziu de 122 estudantes, em 2019, para 37 (que não entregaram atividades) em 2020 e, depois, para 4, no início de 2021. Para isso, será mantido o Apoio, a Equipe de Combate à Evasão Escolar, o monitoramento diário dos principais indicadores educacionais, a Equipe Multiprofissional e a articulação da rede de proteção social. Outras medidas constam no item 3 deste estudo “*Tubarão e a permanência dos estudantes na escola*”.

**12) Referência nacional ao adquirirmos a alimentação escolar da agricultura familiar local.** O prefeito Joares Ponticelli foi ao Espírito Santo, com todas as despesas pagas pelo Sebrae, para falar com os prefeitos sobre esta conquista.

**13) Referência estadual nos investimentos na infraestrutura das escolas.** Para o ano de 2022, teremos 4 novos Centros de Educação Infantil: Thereza Rosendo da Silva (antigo Mauá) e Dorivalda Campos (antiga Angélica Cabral), que funcionarão no início de 2022, e o São Martinho e o São João (até então construídos pelo governo federal e agora pelo governo municipal), que funcionarão no segundo semestre. Em breve estarão lançadas as licitações do último pacote de 6 milhões de reais em obras.

**14) Retomada da parceria com a UDESC** para oferecer, por meio do Polo UAB de Tubarão, curso superior gratuito e de qualidade comprovada.

Implementaremos no ano de 2022:

- 1) Bônus, para reconhecer os professores assíduos, os que cumprem as incumbências (descritas, detalhadas na sequência) e os que contribuem para aumentar o Ideb de suas escolas, conforme legislação municipal. Pelo novo Fundeb (Lei nº 14.113, de 25/12/2020), quanto maior o Ideb (ou seja, quanto menor a reprovação e maior a nota na Prova Brasil), maior o retorno financeiro para o município e para a escola.
- 2) Estudantes em período integral, gradativo, em mais uma escola do Ensino Fundamental (Manoel José Antunes).
- 3) Apostila para pais e estudantes do Pré-escolar I. O Pré-escolar II já possui.
- 4) A estimulação pré-natal, em conjunto com as Fundações de Saúde, Assistência Social e outros setores. Iniciaremos com as gestantes que têm filho na rede municipal de ensino.
- 5) Grandes investimentos para o desenvolvimento da leitura e da interpretação de texto (base para as demais aprendizagens), por meio de compras e campanhas de doação de livros, somados ao item 7 acima.

- 6) Robótica para todos os estudantes (8º e 9º anos) das séries finais do ensino fundamental, em parceria com o IFSC e a manutenção do ‘Geração 2050’, em convênio com o Senai.
- 7) O monitoramento das aprendizagens por meio de parceria com a Fundação Ayrton Senna (em andamento);
- 8) Reforço no contraturno por meio de plataforma digital. De fundamental importância, principalmente, para os estudantes cujos pais não podem levá-los no reforço presencial.
- 9) Sistema de mensagens com o objetivo de alertar estudantes, pais e professores sobre eventos educacionais importantes.
- 10) “Escola Virtual de Pais” para que especialistas possam orientá-los sobre os mais diversos aspectos que envolvem a formação dos filhos.
- 11) Visão mais ampla sobre os efeitos da avaliação, melhores diagnósticos e intervenções mais adequadas com o objetivo de melhorar o ensino e a aprendizagem, tendo em vista os múltiplos níveis dos estudantes, numa mesma sala de aula, causados, principalmente, pela pandemia, como já mencionado.

Se assim não fizermos, os tubaronenses terão muitas perdas: pagarão mais impostos (já destinam 5 dos 12 salários anuais para isso) para financiar a assistência destes jovens (que estarão fora do mercado de trabalho, cada vez mais automatizado) ou o encarceramento (ao custo individual de 21 mil reais ao ano). Perde-se produtividade e se terá que conviver com maior violência. Isso é desinteligente.

Se assim procedermos, estaremos proporcionando a estas crianças e adolescentes melhores aprendizados (de conteúdo e de atitudes), melhores empregos, maior renda e maior consumo, que gera mais empregos. Eles utilizarão menos o serviço público e pagarão mais impostos. Transformaremos pessoas que precisam da ajuda do poder público, mantido pelos impostos, em pessoas que podem ajudar. Isso é inteligente e revolucionário. É o melhor plano econômico e humanitário e o melhor preventivo de segurança.

Convido você a conhecer os objetivos destes investimentos e se engajar na concretização.

Muito obrigado,

Prof. Maurício da Silva  
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Educação  
Tubarão, janeiro de 2022.

## 2 TUBARÃO E O ACESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À ESCOLA, DE ACORDO COM O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE (LEI Nº 13.005, DE 25/06/2014)

### META 1: ACESSO

O QUE PRECONIZA O PNE: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

SITUAÇÃO ATUAL: Tubarão zerou a fila para educação infantil no final de 2019. No início de 2017 havia 740 crianças na fila e até o final 2019, mais 700, totalizando 1440. Manteremos a fila zerada – mesmo com crianças nascendo todos os dias, com forte migração (de outros estados e de outros países) para Tubarão e com muitas famílias que perderam renda e a possibilidade de pagar escolas privadas e procuram a prefeitura.

Esta marcante conquista foi possível porque ampliamos as salas de aula na rede municipal de ensino e compramos vaga na rede privada, devidamente credenciada. Neste ano, 4 novos Centros de Educação Infantil entrarão em funcionamento: Thereza Rosendo da Silva (antigo Mauá) e Dorivalda Campos (antiga Angélica Cabral), no início de 2022, e o São Martinho e o São João (até então construídos pelo governo federal e agora pelo governo municipal), no segundo semestre.

Esta conquista proporciona dois grandes ganhos para os tubaronenses:

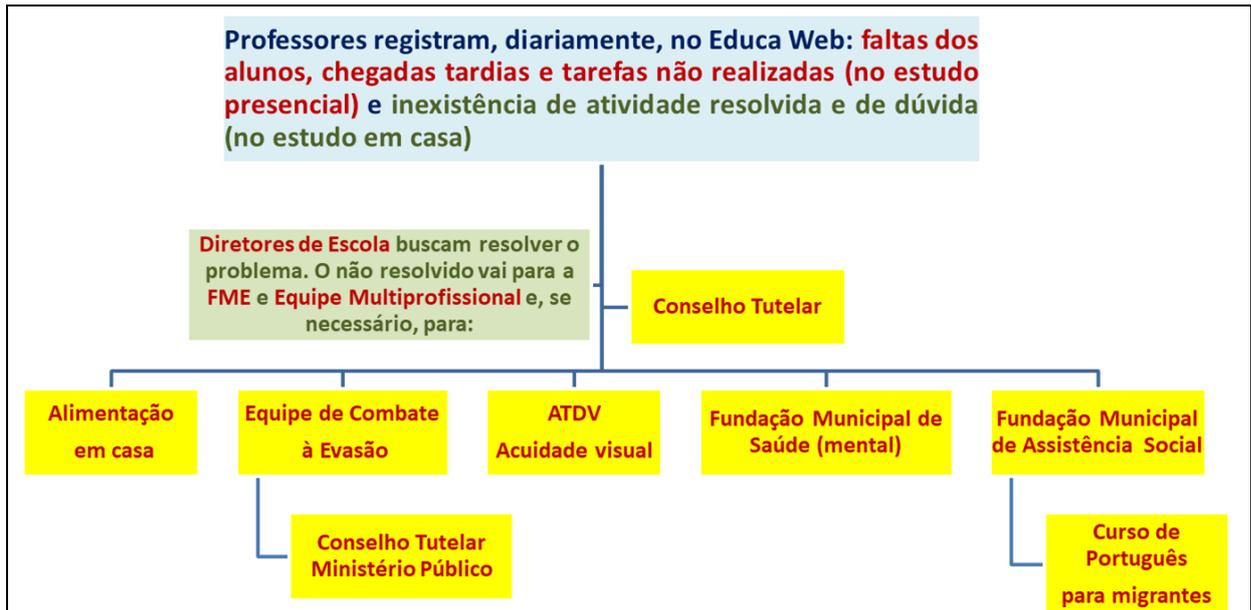
- 1) Centenas de mães que não podiam trabalhar – porque não tinham onde deixar os filhos – agora podem. Isso melhorou a renda das famílias, a autonomia, principalmente, financeira destas mulheres, maior consumo e, conseqüentemente, maior geração de empregos;
- 2) Cada dólar investido na educação infantil implica retorno de 9 para a sociedade (segundo James Heckman – Nobel da Economia), porque quanto mais cedo a criança for estimulada e de forma adequada, maior o êxito nas demais etapas da escolaridade, da vida e do trabalho e menor propensão a drogas, crimes e gravidez precoce. Por isso, em parceria com as Fundações Municipal de Saúde e Social iniciaremos a estimulação pré-natal.

PARA O ANO DE 2022:

- Apostila para pais e estudantes do Pré-escolar I. O Pré-escolar II já possui.
- Serão aperfeiçoados os avanços proporcionados pela pandemia, nos anos de 2020 e 2021, conforme descritos no documento *Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho*, 4ª versão, página 31.
- Prosseguem os Planejamentos Coletivos onde todos os professores trocam experiências sobre como elaborar as atividades que contribuem para desenvolver as habilidades a que as crianças têm direito, conforme a BNCC.
- A estimulação pré-natal, em conjunto com as Fundações de Saúde, Assistência Social e outros setores. Iniciaremos com as gestantes que têm filho na rede municipal de ensino.

**3 TUBARÃO E A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA ESCOLA, DE ACORDO COM O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE (LEI Nº 13.005, DE 25/06/2014)**

META 2: PERMANÊNCIA
<p><b>O QUE PRECONIZA O PNE:</b> Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.</p>
<p><b>SITUAÇÃO ATUAL:</b> Escolas fechadas durante o ano de 2020 para evitar o contágio do vírus, ausência de internet, de cobrança e de estímulos das famílias e a necessidade de cuidar dos irmãos ou de trabalhar motivaram muitos estudantes a abandonarem os estudos. Mesmo assim, Tubarão conquistou referência estadual no Combate à Evasão Escolar, que aumentou, no Brasil, de 1,4 milhão de estudantes, antes da pandemia, para 5,5 milhões, segundo o Unicef, mas na rede municipal de Tubarão, reduziu de 122 estudantes, em 2019, para 37 (que não entregaram atividades) em 2020 e, depois, para 4, no início de 2021.</p> <p>Para isso, será mantido o Apoia, a Equipe de Combate à Evasão Escolar, o Monitoramento Diário dos principais indicadores educacionais, a Equipe Multiprofissional e a articulação da Rede de Proteção Social para fortalecer o vínculo dos estudantes com a escola, como explicitado abaixo:</p> <p>Os professores registram, diariamente, no EducaWeb, os estudantes que faltaram, chegaram tarde na escola ou não realizaram as tarefas de casa (estes indicadores denunciam que o vínculo do estudante com a escola está muito frágil e próximo da evasão, se não houver intervenção). Os diretores de escola acessam os mencionados registros, também diariamente, e buscam solucionar o problema junto à família. Se não conseguirem, informam, também rapidamente, por meio do sistema EducaWeb, a Diretoria de Ensino da Fundação Municipal de Educação e a Equipe Multiprofissional, que buscam solucionar junto à família e, se necessário, acionam a Rede de Proteção Social, como no esquema abaixo:</p>



Com este conjunto de medidas, a escola evoluiu dos diagnósticos inúteis, porque tardios e desprovidos de intervenção (a escola discutia estes reveladores indicadores – faltas, chegadas tardias e ausências de tarefa de casa – somente no final do bimestre, geralmente no Conselho de Classe, quando não havia mais o que fazer), para diagnósticos que oportunizam agir de forma adequada para fortalecer o vínculo do estudante com a escola (porque detectam, diariamente, os mencionados indicadores e a intervenção é imediata, por meio do diretor de escola, da Equipe Multiprofissional e da Rede de Proteção Social). Ou seja: oportuniza antecipar-se à evasão. Ou agir para que esta não aconteça.

### O QUE OS TUBARONENSES GANHAM COM ESTA AÇÃO COLETIVA?

Jovem fora da escola custa mais (R\$ 372 mil por ano) do que para mantê-lo estudando (cerca de R\$ 90 mil), segundo pesquisa do Insper e da Fundação Roberto Marinho. Eles são empurrados para o subemprego, para a baixa renda (principalmente, nestes tempos de trabalho cada vez mais automatizado) e, mais facilmente, para a criminalidade. Os tubaronenses pagam mais impostos para financiar a assistência ou o encarceramento destes jovens (são mais suscetíveis a serem vítimas ou autores da crescente criminalidade), e ficam desprovidos de mão de obra qualificada, o que trava o crescimento, e ainda se terá que conviver com mais violência.

Por isso, a Fundação Municipal de Educação, também no ano de 2022, identificará, para suprimir, **PRÁTICAS QUE CONTRIBUEM PARA O FRACASSO E PARA A EXCLUSÃO ESCOLAR**, como detalharemos, à frente, nas discussões sobre avaliação:

- Homogeneizar turmas (desestimula estudantes, professores e pais. É preciso utilizar as trocas proporcionadas pela heterogeneidade das turmas).
- Colocar professores menos experientes para trabalhar com turmas que apresentam maiores dificuldades. Os estudantes com maiores dificuldades são os que precisam da maior atenção da escola e dos professores.
- Expressões como “Não adianta perder tempo com este aluno”, “Não aprendem nada”, “Não tem jeito” e “Não se interessam” constituem avaliações informais, quase sempre superficiais e preconceituosas, que influenciam as formais. Esta questão será aprofundada mais adiante por meio dos estudos sobre as pesquisas de Rosenthal e Jackson.

- “De onde veio este aluno?” “Quem foi o professor dele no ano anterior?” Lembre-se: este aluno não é culpado, é vítima. Ele não tem culpa se no ano anterior teve professor ou escola não tão bons.

#### OUTRAS MEDIDAS IMPORTANTES PARA EVITAR A EVASÃO ESCOLAR

- Se o estudante emitir sinais de que abandonará a escola (faltas, chegadas tardias ou ausência de tarefas de casa), além das medidas acima, é preciso lhe perguntar os motivos e explicar a importância da educação para o futuro.
- Outra medida (sugerida por Daniela Arai) é encarregar os próprios estudantes de convencerem seus colegas a não desistirem ou voltar aos estudos. Segundo ela, essa abordagem pode ser mais efetiva, assim como usar pessoas da comunidade do jovem.

#### 4 TUBARÃO E QUALIDADE DO ENSINO DE ACORDO COM O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE (LEI Nº 13.005, DE 25/06/2014)

META 7: QUALIDADE
O QUE PRECONIZA O PNE: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

SITUAÇÃO ATUAL: É fundamental lembrar que antes da pandemia já havia crise mundial na educação. Os investimentos aumentam, mas não impactam na aprendizagem. A jornalista americana Amanda Ripley demonstrou, na célebre obra “As crianças mais inteligentes do mundo”, que os países que estão no topo do *ranking* mundial sobre educação não são os mais ricos.

No caso do Brasil, o IDados constatou que, de 2007 a 2016, “em que pese a grave crise econômica, o investimento dos estados em Educação subiu, em média, 32% e dos municípios, 66%. Melhoraram a infraestrutura e os salários, não a aprendizagem” (revista *Veja*, 11/04/2018).

Também em Tubarão, como demonstram os quadros abaixo, os investimentos aumentam, segundo o Tribunal de Contas, mas a aprendizagem é pouco impactada, segundo o Ideb.

Investimento da Prefeitura de Tubarão em Educação, segundo o Tribunal de Contas

2013 - 28,58%	2016 - 28,48%	2019 - 31,28%
2014 - 28,07%	2017 - 32,16%	2020 - 27,90%
2015 - 28,74%	2018 - 30,33%	

Rendimento na Rede Municipal de Educação de Tubarão, segundo o Ideb

IDEB/ANO	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
2015	<b>6,0</b>	4,9
2017	6,1	4,6
2019	5,8	4,8

Isso evidencia que aumentar os recursos para Educação Básica – ainda três vezes menores que os do Ensino Superior – é necessário, mas insuficiente para melhorar o nível de apreensão do conhecimento. É imprescindível, também e urgentemente, reescrever a escola.

É fundamental lembrar que esta crise foi aprofundada pela pandemia, no ano de 2020 (em que se lecionou com as escolas fechadas para evitar a transmissão do vírus). No ano de 2021, foi em parte superada com a retomada das aulas presenciais (em meio à pandemia, mas com ações sugeridas pela medicina) e com as inovações implementadas (o coronavírus impôs perdas, medo, dor e tristeza, mas oportunizou rever e aprimorar procedimentos).

Por isso, a Fundação Municipal de Educação de Tubarão selecionou **os principais fatores que influenciam a aprendizagem** (esforço, reforço, foco, método, famílias e disciplina), **atualizou as incumbências** dos professores, pais, diretores de escola, secretários e estudantes para revitalizá-los (fatores), criou instrumentos para medir o cumprimento das incumbências (como detalhadas abaixo) e **instituiu bônus** para reconhecer os que cumprem. Também aperfeiçoará as mencionadas inovações de 2021 e implementará outras – fundamentais para o sucesso dos estudantes, na escola, na vida e no trabalho, como segue.

#### 4.1 PRINCIPAIS FATORES QUE INFLUENCIAM A APRENDIZAGEM E O QUE FAZER PARA REVITALIZÁ-LOS

1-ESFORÇO	2-REFORÇO	3-FOCO	4-MÉTODO	5-FAMÍLIAS	6-DISCIPLINA
Aumento das exigências para aprovação dos alunos:	Aumento das oportunidades de aprendizagem:	Foco maior, de todos os professores, nas matérias estruturantes:	Qualificação dos procedimentos didáticos:	Oportunizar inserção das famílias no processo de aprendizagem:	Instituir disciplina preventiva e reparadora:
Média 7 (sete) e 4 bimestres para aprovação dos estudantes	‘Reforço no Contraturno’ e ‘Tempo de aprender’	Leitura, escrita, interpretação de textos e as 4 operações	Planejamento: pré-requisitos, problematizar e historicizar	Assiduidade, pontualidade, respeito, uso do uniforme	15 atitudes que previnem e formam
Alfabetização no 2º ano e não mais no 3º ano	Retrabalho das ‘etapas ainda não vencidas’, no pós-prova	Jornais para professores e estudantes	Avaliação: Novo Instrumento, diagnóstico e Retrabalho	Assinar provas e ajudar nos reforços	Contrato Didático
Base: ler, escrever, interpretar e 4 operações	Tarefas de casa, diárias e corrigidas	Jornal Folha de São Paulo (1 ano gratuito)	Conselho de Classe: medir indicadores e intervir	Acompanhar diariamente: Tarefas de casa e Educa Web	Prevenção insuficiente? ECA e Código Penal
Tarefas de casa todos os dias	Calendário de Provas	Dicionário e Google	Tarefas de casa - Exercícios aula	Calendário de Provas - cobrar	Canto dos hinos pátrios.

Reforça-se: a melhoria da aprendizagem depende, fundamentalmente, da revitalização dos principais fatores que a influenciam, como destacados no quadro acima (esforço, reforço, foco, método, famílias e disciplina) e detalhados no documento *Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho*, terceira versão. Para que a inadiável revitalização ocorra, é imprescindível que diretores de escola, pais, estudantes, secretários e professores cumpram suas incumbências, detalhadas em forma de instrumento de (auto)avaliação, abaixo. Para ajudar, a municipalidade instituiu bônus como reconhecimento aos que cumprem.

#### 4.1.1 INCUMBÊNCIAS E (AUTO)AVALIAÇÃO DO DIRETOR DE ESCOLA

Escola: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do(a) diretor(a): \_\_\_\_\_

PRÁTICA PEDAGÓGICA	E. V.	E. A. N. V.
1) Agir para que o ambiente escolar seja colaborativo, ético, preventivo, resiliente, educativo, seguro, de boas convivências e de estímulo aos estudos, principalmente, por meio do cumprimento e cobrança das 15 regras do ‘ensino das competências socioemocionais por meio de atitudes’, constantes no documento <i>Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho</i> , terceira versão.		
2) Orientar e cobrar do professor a elaboração com os estudantes de cada turma e o cumprimento do Contrato Didático.		
3) Ter 100% de presença e assiduidade e orientar e cobrar do professor a participação nos Planejamentos Coletivos. Orientar e cobrar do professor o planejamento e apresentação da aula conforme “currículo enxuto”, “aula em novo formato” conforme BNCC, e <i>Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho</i> , terceira versão.		
4) Diariamente, buscar resolver, com as famílias, os problemas das faltas dos estudantes, chegadas tardias e tarefas de casa não realizadas, postados pelo professor no Educa Web, e, em caso de insucesso, encaminhar para a Diretoria de Ensino da FME e Equipe Multiprofissional ou para os órgãos competentes, conforme legislação.		
5) Ser pontual e assíduo, em todos os eventos, principalmente na escola.		
6) Orientar e cobrar dos professores que: 6.1) Iniciem os conteúdos de onde o estudante está (dos pré-requisitos e dos conceitos prévios dos estudantes); 6.2) Aproximem a aula da realidade do estudante (utilizar analogias e outras formas); 6.3) Trabalhem, bem, a compreensão dos conceitos em todas as disciplinas; 6.4) Trabalhem muito a escrita, a leitura e a compreensão dos textos e as operações básicas da matemática (utilizar bastante o dicionário e o Google); 6.5) Utilizem bastante as monitorias, o trabalho diversificado e as correções coletivas.		
7) Cumprir e fazer cumprir o Plano de Contingência contra o coronavírus.		

8) Ajudar o professor a elaborar as provas conforme orientação do documento <i>Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho</i> .		
9) Cumprir, rigorosamente, datas e prazos. Não reprogramar recursos financeiros dos programas do Governo Federal. Fazer a eleição da APP da escola na data determinada pelo Estatuto. Não ficar com APP com data vencida. (O não cumprimento destes itens implica, não mais na redução, mas na perda total dos recursos.)		
10) Diariamente, cobrar das famílias e dos estudantes que não fazem tarefas.		
11) Verificar se o professor oferece oportunidade de recuperação aos estudantes, conforme Resolução nº 02/2018/COMET e documento <i>Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho</i> .		
12) Cobrar das famílias cujos filhos não trazem provas assinadas.		
13) Cobrar o cumprimento da Hora Atividade conforme determina a lei.		
14) Cobrar dos professores o foco maior nas disciplinas estruturantes (leitura, escrita, interpretação de texto e as quatro operações).		
15) Orientar rapidamente estudantes e famílias sobre o que devem fazer para sanar problemas de aprendizagem e de comportamento.		
16) Divulgar para os professores, estudantes e pais o Calendário de Provas, tão logo recebem da Fundação Municipal de Educação.		
17) Nos casos de indisciplina dos estudantes, quando a prevenção, constante no documento <i>Sucesso na Escola, na vida e No Trabalho</i> , 3ª versão, for insuficiente, utilizar o ECA e o Código Penal, conforme lá orientado.		
18) Acompanhar a frequência e o trabalho dos professores e dos estudantes do Reforço no Contraturno e tomar as medidas necessárias imediatamente. Mensalmente, apresentar relatório para a Diretoria de Ensino da FME		
19) Orientar o professor para que indique aos estudantes as fontes de estudos que permitem aprofundar o que está sendo trabalhado. E para que o motive o estudante para solicitar ajuda de colegas ou de outros para resolver as atividades.		
20) Motivar e orientar professores e estudantes para participarem de todas as avaliações e certames, principalmente a Prova Brasil, a Prova Tubarão, Olimpíadas de Português e de Matemática e outros.		
21) Todas as atribuições constantes no decreto que regulamenta a eleição do Plano de Gestão Escolar.		

Medidas adotadas pela FME, diante das “etapas ainda não vencidas”:

\_\_\_\_\_

Prazo estipulado para cumprimento: \_\_\_\_\_

Responsável pelo acompanhamento do cumprimento: \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Avaliador(a)

#### 4.1.2 INCUMBÊNCIAS E (AUTO)AVALIAÇÃO DO SECRETÁRIO DA ESCOLA

Escola: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do(a) diretor(a): \_\_\_\_\_

PRÁTICA PEDAGÓGICA	E. V.	E. A. N. V.
1) Agir para que o ambiente escolar seja colaborativo, ético, preventivo, resiliente, educativo, seguro, de boas convivências e de estímulo aos estudos, principalmente, por meio do cumprimento das 15 regras do ‘ensino das competências socioemocionais por meio de atitudes’, constantes no documento <i>Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho</i> , terceira versão.		
2) Responsabilizar-se pelo pleno funcionamento da secretaria. Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro dos dados dos estudantes, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e regularidade da vida escolar do aluno e a autenticidade dos documentos escolares.		
3) Organizar e manter em dia a escrituração e a legislação.		
4) Redigir correspondência, lavrar atas e termos nos livros.		
5) Rever expediente para despacho do diretor.		
6) Elaborar relatórios e processos.		
7) Elaborar e providenciar a divulgação de editais e comunicados das atividades escolares.		
8) Apresentar ao diretor, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados.		
9) Assinar os documentos da vida escolar do estudante, juntamente com o diretor.		
10) Coordenar e supervisionar matrícula, transferência, adaptação, conclusão de série e/ou curso.		
11) Zelar pela guarda e sigilo do processo escolar.		
12) Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico e do regime interno da unidade escolar.		
13) Apresentar para a avaliação e tomada de decisão do Conselho de Classe o rendimento (nota), a evasão e as faltas de estudantes e professores de cada turma.		
14) Organizar e preservar toda a documentação da escola, seja de forma escrita ou digitalizada.		
15) Manter um trabalho eficiente, dinâmico e racional, fornecendo, no mínimo espaço de tempo, qualquer informação ou documento solicitado.		
16) Organizar e manter atualizadas as coleções de leis, pareceres, decretos, regulamentos, bem como as instruções – circulares, portarias, avisos e despachos que digam respeito às atividades da escola.		
17) Elaborar relatórios, documentos e processos a serem encaminhados à Fundação Municipal de Educação, quando solicitado.		
18) Organizar os arquivos com racionalidade, garantindo a segurança, a facilidade de acesso e o sigilo profissional.		
19) Conservar o regimento da escola em local de fácil acesso a toda a comunidade escolar. Oferecer visibilidade às concepções pedagógicas, às normas e às diretrizes da escola.		

20) Gerenciar os processos de matrícula e de transferência dos alunos, observando a transcrição fiel dos documentos originais – documento legível sem rasuras e incorreções.		
21) Examinar e prestar esclarecimentos aos órgãos do sistema de ensino, quando necessário, bem como acompanhar e fornecer todas as informações necessárias.		
22) Estar preparado para a utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação.		
23) Trabalhar com um sistema de gestão escolar, portais on-line e aplicativo escolar.		
24) Cadastrar os dados no sistema Educa Web, zelando pela fidedignidade das informações e cumprimento dos prazos estabelecidos.		
25) Responder ao Censo Escolar da Educação Básica, tendo como referência os registros administrativos que comprovem a veracidade das informações declaradas, tais como fichas de matrículas, frequência escolar (diários de classe), fichas cadastrais dos profissionais escolares, documentação pessoal dos gestores, alunos e profissionais escolares.		
26) Acompanhar os registros dos professores no sistema Educa Web (faltas, chegadas tardias, tarefas de casa não realizadas, planejamentos, aulas, observações sobre alunos e notas).		
27) Lavrar atas de conselho de classe, resultados finais e de outros processos de avaliação.		
28) Receber, distribuir e responder as correspondências físicas ou digitais.		
29) Orientar e acompanhar os professores quanto ao sistema EducaWeb.		
30) Substituir possíveis faltas de professores, evitando prejuízos aos estudantes.		
31) Garantir comunicação eficiente entre direção e professores, professores e professores, professores e alunos.		

Medidas adotadas pela FME, diante das “etapas ainda não vencidas”:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Prazo estipulado para cumprimento: \_\_\_\_\_

Responsável pelo acompanhamento do cumprimento: \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Avaliador(a)

#### 4.1.3 INCUMBÊNCIAS E (AUTO)AVALIAÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL

Escola: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do(a) diretor(a): \_\_\_\_\_

PRÁTICA PEDAGÓGICA	E. V.	E. A. N. V.
--------------------	-------	-------------

1) Agir para que o ambiente escolar seja colaborativo, ético, preventivo, resiliente, educativo, seguro, de boas convivências e de estímulo aos estudos, principalmente, por meio do cumprimento e cobrança das 15 regras do ‘ensino das competências socioemocionais por meio de atitudes’, constantes no documento <i>Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho</i> , terceira versão.		
2) Elaborar com os estudantes, cumprir e fazer cumprir o Contrato Didático.		
3) Cumprir o Plano de Contingência da Escola contra o coronavírus.		
4) Participar dos Planejamentos Coletivos com 100% de presença e assiduidade.		
5) Ser pontual e assíduo.		
6) Ministras as aulas conforme “Currículo Enxuto” e “Aula em novo formato” (verificar se o aluno ‘domina’ o pré-requisito do conteúdo que será iniciado. Se não ‘domina’, trabalhá-lo. Identificar os conceitos prévios dos estudantes e transpô-los para os científicos) de acordo com as orientações da BNCC e do documento <i>Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho</i> , terceira versão e versão 2021-2024.		
7) Em todas as aulas, fazer a chamada e postar no EducaWeb o nome do estudante que falta, chega atrasado na aula ou não faz as tarefas de casa.		
8) Iniciar os conteúdos de onde o estudante está (dos pré-requisitos e dos conceitos prévios dos estudantes).		
9) Aproximar a aula da realidade do estudante (utilizar analogias e outras formas).		
10) Trabalhar bem a compreensão dos conceitos em todas as disciplinas.		
11) Trabalhar muito a escrita, a leitura e a compreensão dos textos e as operações básicas da matemática (utilizar, bastante o dicionário e o Google).		
12) Diariamente, passar tarefas para casa e corrigir na aula posterior.		
13) Utilizar bastante as monitorias, o trabalho diversificado e as correções coletivas.		
14) Em todas as aulas, fazer a chamada e postar no EducaWeb o nome do aluno que falta, chega atrasado na aula ou não faz as tarefas de casa.		
15) Elaborar as provas e as atividades conforme as orientações do documento <i>Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho</i> , duas últimas versões.		
16) Oportunizar recuperação, conforme a Resolução nº 02/2018/COMET e o documento <i>Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho</i> .		
17) Encaminhar as provas corrigidas para as famílias assinarem.		
18) Registrar e informar à direção da escola os estudantes que não trazem provas assinadas.		
19) Cumprir a Hora Atividade conforme determina a lei.		
20) Indicar fontes, de preferências digitais, para que o estudante aprofunde os conteúdos que estão sendo trabalhados. É uma forma de inseri-lo na ‘cultura digital’, indispensável, principalmente, no mundo do trabalho.		
21) Motivar o estudante para que solicite ajuda de colegas ou de outros para resolver as atividades. É uma forma de praticar o necessário ‘trabalho em equipe’ ou colaborativo que o mundo corporativo exige.		
22) Motivar e preparar os estudantes para participarem de todas as avaliações e certames, principalmente a Prova Brasil, a Prova Tubarão, Olimpíadas de Português e de Matemática e tantos outros. “Quem compete nunca perde. Ganha ou aprende”.		

23) Enviar o diagnóstico (etapas vencidas e etapas ainda não vencidas) para os professores que atuam no reforço do contraturno a partir do segundo bimestre.		
--	--	--

Medidas adotadas pela FME, diante das “etapas ainda não vencidas”:

\_\_\_\_\_

Prazo estipulado para cumprimento: \_\_\_\_\_

Responsável pelo acompanhamento do cumprimento: \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Diretor(a)

#### 4.1.4 INCUMBÊNCIAS E (AUTO)AVALIAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Escola: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do(a) diretor(a): \_\_\_\_\_

PRÁTICA PEDAGÓGICA	E. V.	E. A. N. V.
1) Agir para que o ambiente escolar seja colaborativo, ético, preventivo, resiliente, educativo, seguro, de boas convivências e de estímulo aos estudos, principalmente, por meio do cumprimento e cobrança das 15 regras do ‘ensino das competências socioemocionais por meio de atitudes’, constantes no documento <i>Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho</i> , terceira versão.		
2) Participar dos Planejamentos Coletivos com 100% de presença e assiduidade, com o objetivo, principalmente, de trocar experiências sobre como organizar as <b>atividades</b> que contribuem para desenvolver, nos estudantes, os “direitos de aprendizagem e desenvolvimento”, previstos na BNCC. Ou as aprendizagens que todos têm direito.		
3) Cumprir e fazer cumprir o Plano de Contingência contra o coronavírus.		
4) Orientar as famílias sobre o cumprimento do Plano de Contingência contra o coronavírus.		
5) Ser pontual e assíduo.		
6) Acolher os pais e estudantes, por meio, principalmente, do estabelecimento de vínculos afetivos saudáveis que podem ser desenvolvidos, também, pelo modo de olhar, da escuta, do cuidado e do tom de voz.		
7) Organizar os espaços de aprendizagem e atividades de forma que a criança exerça seu protagonismo, com sentimento de pertencimento para levantar hipóteses, fazer escolhas, estabelecer relações com adultos e crianças.		
8) Elaborar com os estudantes (dependendo da idade), cumprir e fazer cumprir ‘os combinados’.		

9) Orientar as famílias para que solidifiquem ou continuem, em casa, o que as crianças aprendem na escola.		
10) Passar tarefas de casa e verificar, no dia seguinte, se foram realizadas.		
11) Registrar e informar à direção da escola os estudantes que não fizeram as tarefas de casa.		
12) Fazer a chamada, diariamente, e encaminhar para a direção da escola a lista de estudantes que faltaram ou chegaram atrasados.		
13) Ao observar, nas crianças, sinais de desleixo, descompromisso, de violência ou outros, informar, imediatamente, a direção da escola para as providências.		
14) Focar no que é estruturante (leitura, escrita e interpretação de textos, por meio de atividades lúdicas, adequadas à fase da criança).		
15) Cumprir a Hora Atividade conforme determina a lei.		
16) Superar entraves para a boa comunicação com as famílias.		

Medidas adotadas pela FME, diante das “etapas ainda não vencidas”:

\_\_\_\_\_

Prazo estipulado para cumprimento: \_\_\_\_\_

Responsável pelo acompanhamento do cumprimento: \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Diretor(a)

#### 4.1.5 INCUMBÊNCIAS E (AUTO)AVALIAÇÃO DO(A) ESTUDANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Escola: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Aluno(a): \_\_\_\_\_ Série/Ano: \_\_\_\_\_

PRÁTICA PEDAGÓGICA	E. V.	E. A. N. V.
1) Participa da elaboração, cumpre e faz cumprir o Contrato Didático?		
2) É assíduo e pontual?		
3) Presta atenção na explicação do professor e “tira” as dúvidas na aula?		
4) Respeita os colegas, os professores, diretores e funcionários?		
5) Diariamente, fala para os familiares ou responsáveis sobre o que aconteceu e o que aprendeu na escola?		
6) Diariamente, usa o uniforme?		

7) Diariamente, faz as tarefas de casa?		
8) Sempre que tem dificuldades para resolver atividades, busca ajuda de colegas ou de outras possibilidades?		
9) Intensifica os estudos para as provas que ocorrem às terças e sextas-feiras, além de fazer as tarefas diariamente?		
10) Cumpre e faz cumprir o Plano de Contingência contra o coronavírus?		
11) Leva as provas corrigidas para os pais assinarem e as devolve assinadas para o professor?		
12) Foca no que é estruturante (leitura, escrita, interpretação e as 4 operações)?		
13) Mantém limpos e organizados os ambientes que utiliza?		
14) Aprofunda os conteúdos que estão sendo trabalhados por meio de fontes, principalmente digitais, orientadas pelo professor?		
15) Se tem média menor que 7 (sete), participa do reforço no contraturno?		

Medidas adotadas pela FME diante das “etapas ainda não vencidas”:

\_\_\_\_\_

Prazo estipulado para cumprimento: \_\_\_\_\_

Responsável pelo acompanhamento do cumprimento: \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) aluno(a)

#### 4.1.6 INCUMBÊNCIAS E (AUTO)AVALIAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Escola: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Familiar: \_\_\_\_\_ Aluno(a): \_\_\_\_\_ Série/Ano: \_\_\_\_

PRÁTICA PEDAGÓGICA	E. V.	E. A. N. V.
1) Estimula os filhos a participarem da elaboração e do cumprimento do Contrato Didático?		
2) Diariamente, orienta e cobra dos filhos: pontualidade, assiduidade, respeito aos diretores, professores, funcionários e colegas e o uso do uniforme?		
3) Diariamente, disciplina o horário das tarefas de casa dos filhos e os acompanha?		
4) Diariamente, acompanha o Educa Web?		
5) Diariamente, pergunta ao filho o que aconteceu e o que aprendeu na escola?		
6) Sempre que convidado, comparece na escola ou solicita outro horário para atendimento, caso tenha dificuldade?		

7) Verifica se o professor oferece oportunidade de recuperação conforme Resolução nº 02/2018/Comet e <i>Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho</i> ?		
8) Cobra intensificação de estudos dos filhos para as provas de todas as terças e sextas-feiras, além das tarefas diárias?		
9) Assina as provas corrigidas e verifica com o professor o que filho precisa estudar para aprender o não aprendido?		
10) Motiva o filho para cumprir e fazer cumprir o Plano de Contingência contra o coronavírus?		
11) Ajuda os filhos nas disciplinas estruturantes (leitura, escrita, interpretação de textos e as quatro operações)?		
12) Motiva os filhos para profundarem os conteúdos que estão sendo trabalhados por meio de fontes, principalmente digitais, orientadas pelo professor?		
13) Motiva os filhos a pedirem ajuda sempre que encontram dificuldades para resolver atividades?		
14) Faz contato com a escola sempre que percebe comportamento estranho dos filhos ou dificuldade de aprendizagem?		
15) Se o filho tem média menor que sete, envia para o reforço no contraturno?		

Medidas adotadas pela FME diante das “etapas ainda não vencidas”?

Prazo estipulado para cumprimento: \_\_\_\_\_

Responsável pelo acompanhamento do cumprimento: \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura dos Pais ou Responsáveis

#### 4.2 A PANDEMIA PIOROU UM QUADRO EDUCACIONAL JÁ DEFASADO, MAS OPORTUNIZOU APRIMORAR PROCESSOS, RESGATAR APRENDIZAGENS E AVANÇAR

Como amplamente mencionado, antes da pandemia de Covid-19 já havia crise na aprendizagem. Os investimentos aumentam, segundo o Tribunal de Contas, mas não impactam significativamente na aprendizagem, segundo o Ideb. Esta crise foi aprofundada pela pandemia, no ano de 2020 (em que se lecionou com as escolas fechadas para evitar a transmissão do vírus), mas foi em parte superada, no ano de 2021, com a retomada das aulas presenciais (em meio à

pandemia, mas com ações sugeridas pela medicina) e com as inovações implementadas (o coronavírus impôs perdas, medo, dor e tristeza, mas oportunizou rever e aprimorar procedimentos).

No ano de 2020, com as escolas fechadas, para evitar a transmissão do vírus, os estudantes tiveram múltiplas perdas. Perderam aprendizagem (mesmo com os elogiáveis esforços de professores, diretores de escola, estudantes, funcionários e pais para viabilizar aulas online ou impressas). Perderam saúde emocional (dobrou a incidência de ansiedade ou depressão no mundo todo, segundo estudo realizado pela Universidade de Calgary, do Canadá). Perderam visão (devido à exposição excessiva às telas de computador ou celular e pouca luz natural), alimentação (para muitos a merenda escolar é a principal, senão única, refeição do dia), segurança física (a maioria das denúncias sobre violência é feita pela escola) etc.

Ficou comprovado, portanto, que estudar somente em casa é altamente prejudicial para os estudantes, em todos os aspectos, e que a escola é o principal equalizador social.

Estes prejuízos foram bem maiores para os estudantes que não estavam conectados à internet (mesmo recebendo aulas por meios impressos) ou que residiam em ambientes que não estimulam a aprendizagem. Ou seja, geralmente os mais pobres, que precisam da melhor educação para romper o ciclo da pobreza.

Isto significa que a pandemia escancarou e aprofundou as desigualdades de oportunidades educacionais, que se convertem em desigualdades sociais e se reconvertem em desigualdades escolares, num ciclo sem fim.

Em fevereiro de 2021, com a retomada das aulas presenciais, em meio à pandemia, mas com os cuidados sugeridos pela medicina, os estudantes foram divididos em três grandes grupos para manter o distanciamento: 1) Os que estudavam todos os dias na escola; 2) Os que estudavam uma semana na escola e outra em casa; e 3) Os que estudavam somente em casa, por serem portadores de comorbidade ou por opção dos pais.

Esta necessária divisão também implicou oferta desigual de oportunidades de aprendizagem. Os que estudaram todos os dias na escola e os que estudaram semana na escola e semana em casa tiveram mais oportunidades de aprendizagem, e, portanto, menores prejuízos. Eles puderam interagir pessoalmente com os professores e com os colegas. Estas interações – perdidas com as aulas somente em casa – minimizaram as perdas acima mencionadas, principalmente dos que estavam desconectados da internet, por isso são insubstituíveis. Possibilitaram, também, identificar os prejuízos na aprendizagem e na saúde emocional e intervir de forma adequada.

No segundo semestre de 2021, com o avanço da vacina, todos os estudantes puderam estudar todos os dias na escola, exceto os que comprovaram comorbidades. Isso possibilitou aumentar as oportunidades de aprendizagem para mais estudantes, mas tornou a sala de aula mais complexa.

Na mesma sala de aula, em todas as séries, se encontraram os três grupos de estudantes acima mencionados, que até então recebiam diferentes oportunidades de aprendizagem e que, como consequência, estavam com níveis de aprendizagens bem diferentes.

Por isso, a Fundação Municipal de Educação de Tubarão priorizou, para o ano de 2022, os **protocolos de higiene, conforme o Decreto nº 1.669 de 11/01/2022** (a pandemia não acabou, pelo contrário, se renova), o **fortalecimento do vínculo dos estudantes com a escola**, o **resgate das aprendizagens** e o **aceleramento do futuro** (dos estudantes). Para isso, aperfeiçoará as mencionadas inovações de 2021 e implementará outras – fundamentais para o sucesso dos estudantes, na escola, na vida e no trabalho, como segue:

**1) Revitalização dos principais fatores que influenciam a aprendizagem.** Por isso, a Fundação Municipal de Educação de Tubarão **selecionou os principais fatores que influenciam a aprendizagem** (esforço, reforço, foco, método, famílias e disciplina), **atualizou as incumbências** dos professores, pais, diretores de escola, secretários e estudantes, para revitalizá-los (fatores), **criou instrumentos para medir** o cumprimento (das incumbências), como detalhado a seguir, e **instituiu bônus** para os que cumprem.

**2) Currículo enxuto** (para que o professor tenha mais tempo para trabalhar e fixar os conteúdos essenciais – iniciar dos pré-requisitos, trabalhar os exercícios de sala de aula e tarefas de casa e retrabalhar no pós-prova as “etapas ainda não vencidas”, conforme detalhado nos documentos *Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho*, 3ª e 4ª versões).

**3) Planejamentos coletivos, mensais/presenciais/virtuais em novo formato** (entre os professores de todas as séries, disciplinas e idades dos estudantes, no caso da educação infantil – para troca de experiências sobre como trabalhar os **pré-requisitos** do conteúdo a ser trabalhado e como elaborar **atividade ou problematização** que contribuem para desenvolver habilidades a que os estudantes têm direito, conforme a BNCC).

**4) Aulas em novo formato** (conteúdos iniciados pelos pré-requisitos e conceitos prévios dos estudantes, conforme documento *Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho*, 4ª versão).

**5) Reforço no contraturno** (para estudantes com dificuldades em português e matemática, a partir do segundo bimestre).

**6) Prova Tubarão intercalada com a Prova Brasil** (para identificar fragilidades e oportunidades no ensino e na aprendizagem, de maneira a superar as primeiras e potencializar as segundas);

**7) Jornal na escola** (junto com outros investimentos e metodologias, abaixo mencionados, e com mudança de postura do professor, mencionada na terceira versão de *Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho* – ‘FOCO’ – e na quarta versão – ‘O que torna uma atividade insignificante para a aprendizagem?’ – para melhorar a leitura, a escrita e a interpretação (imprescindíveis para a aprendizagem de todas as disciplinas) e como instrumento para o professor tornar a aula mais próxima da realidade do estudante.

**8) Inclusão digital** (por meio da conexão de todos os estudantes à internet – **para pesquisas e exercícios por meio da plataforma digital** – conforme ‘Aula híbrida’, na 4ª versão do documento *Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho* e Geração 2050).

**9) Fortalecimento do vínculo dos estudantes com a escola** (por meio do monitoramento diário dos principais indicadores educacionais, da Equipe Multiprofissional e da Rede de proteção social).

**10) Fila zerada na Educação Infantil** – uma das principais conquistas dos tubaroneses – mesmo com crianças nascendo todos os dias, com forte migração, de outros estados e de outros países, para Tubarão, e com muitas famílias que perderam renda e a possibilidade de pagar escolas privadas e que procuram a prefeitura. Esta medida tem repercussão muito positiva nas demais etapas da escolaridade e da vida das crianças.

**11) Referência estadual no fortalecimento do vínculo do estudante com a escola** e no **Combate à Evasão Escolar**, que no Brasil aumentou de 1,4 milhão de estudantes, antes da pandemia, para 5,5 milhões, segundo o Unicef, mas na rede municipal de Tubarão, reduziu de 122 estudantes, em 2019, para 37 (que não entregaram atividades) em 2020 e, depois, para 4, no início de 2021. Para isso, será mantido o Apoio, a Equipe de Combate à Evasão Escolar, o monitoramento diário dos principais indicadores educacionais, a Equipe Multiprofissional e a articulação da rede de proteção social. Outras medidas constam na temática “permanência na escola”.

**12) Referência nacional ao adquirirmos a alimentação escolar da agricultura familiar local.** O prefeito Joares Ponticelli foi ao Espírito Santo, com todas as despesas pagas pelo Sebrae, para falar com os prefeitos sobre esta conquista.

**13) Referência estadual nos investimentos na infraestrutura das escolas.** Para o ano de 2022, teremos 4 novos Centros de Educação Infantil: Thereza Rosendo da Silva (antigo Mauá) e Dorivalda Campos (antiga Angélica Cabral), que funcionarão no início de 2022, e o

São Martinho e o São João (até então construídos pelo governo federal e agora pelo governo municipal), que funcionarão no segundo semestre. Em breve estarão lançadas as licitações do último pacote de 6 milhões de reais em obras.

**14) Retomada da parceria com a Udesc** para oferecer, por meio do Polo UAB de Tubarão, curso superior gratuito e de qualidade comprovada.

Implementaremos no ano de 2022:

- 1) Bônus, para reconhecer os professores assíduos, os que cumprem as incumbências (descritas e detalhadas acima) e os que contribuem para aumentar o Ideb de suas escolas, conforme legislação municipal. Pelo novo Fundeb (Lei nº 14.113, de 25/12/2020), quanto maior o Ideb (ou seja, quanto menor a reprovação e maior a nota na Prova Brasil), maior o retorno financeiro para o município e para a escola.
- 2) Estudantes em período integral, gradativo, em mais uma escola do Ensino Fundamental (Manoel José Antunes).
- 3) Apostila para pais e estudantes do Pré-escolar I. O Pré-escolar II já possui.
- 4) A estimulação pré-natal, em conjunto com as Fundações de Saúde, Assistência Social e outros setores. Iniciaremos com as gestantes que têm filho na rede municipal de ensino.
- 5) Grandes investimentos para o desenvolvimento da leitura e da interpretação de texto (base para as demais aprendizagens), por meio de compras e campanhas de doação de livros, somados ao item 7 acima.
- 6) Robótica para todos os estudantes (8º e 9º anos) das séries finais do ensino fundamental, em parceria com o IFSC e a manutenção do ‘Geração 2050’, em convênio com o Senai.
- 7) O monitoramento das aprendizagens por meio de parceria com a Fundação Ayrton Senna (em andamento);
- 8) Reforço no contraturno por meio de plataforma digital. De fundamental importância, principalmente, para os estudantes cujos pais não podem levá-los no reforço presencial.
- 9) Sistema de mensagens com o objetivo de alertar estudantes, pais e professores sobre eventos educacionais importantes.
- 10) “Escola Virtual de Pais” para que especialistas possam orientá-los sobre os mais diversos aspectos que envolvem a formação dos filhos.

11) Visão mais ampla sobre os efeitos da avaliação, melhores diagnósticos e intervenções mais adequadas com o objetivo de melhorar o ensino e a aprendizagem, tendo em vista os múltiplos níveis dos estudantes, numa mesma sala de aula, causados, principalmente, pela pandemia, como já mencionado.

Se assim não fizermos, os tubaronenses terão muitas perdas: pagarão mais impostos (já destinam 5 dos 12 salários anuais para isso) para financiar a assistência destes jovens (que estarão fora do mercado de trabalho, cada vez mais automatizado) ou o encarceramento (ao custo individual de 21 mil reais ao ano). Perde-se produtividade e se terá que conviver com maior violência. Isso é desinteligente.

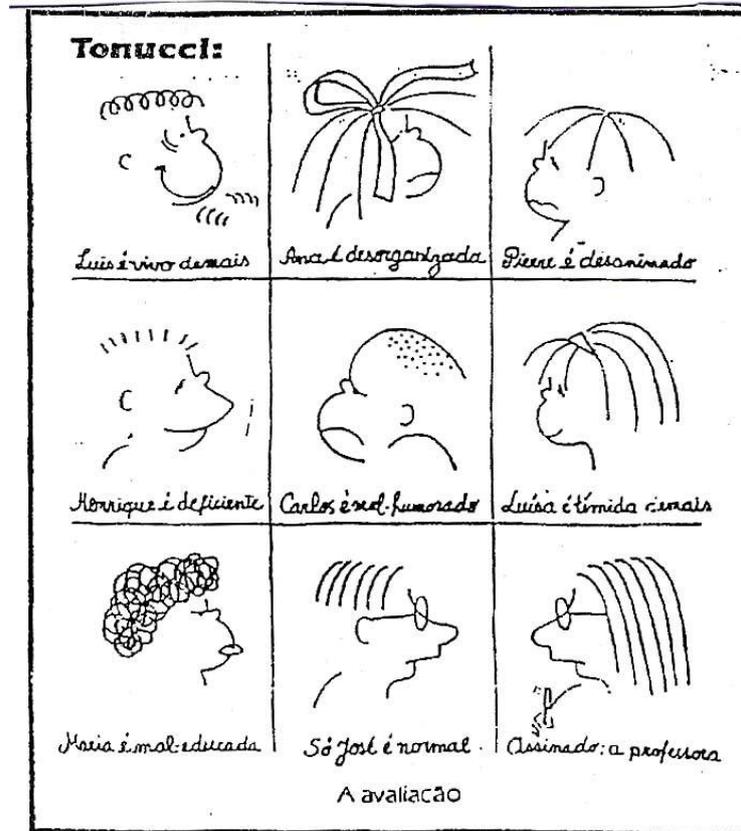
Se assim procedermos, estaremos proporcionando a estas crianças e adolescentes melhores aprendizados (de conteúdo e de atitudes), melhores empregos, maior renda e maior consumo, que gera mais empregos. Eles utilizarão menos o serviço público e pagarão mais impostos. Transformaremos pessoas que precisam da ajuda do poder público, mantido pelos impostos, em pessoas que podem ajudar. Isso é inteligente e revolucionário. É o melhor plano econômico e humanitário e o melhor preventivo de segurança.

#### 4.3 OUTROS ASPECTOS DA AVALIAÇÃO QUE OPORTUNIZAM AVANÇAR NO ENSINO E NA APRENDIZAGEM

A Resolução nº 02/2018/COMET normatiza a avaliação do ensino e da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Tubarão. No documento *Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho*, terceira versão, esclarecemos questões fundamentais com o objetivo de operacionalizar a mencionada Resolução. No entanto, os múltiplos níveis de aprendizagem dos estudantes, numa mesma sala de aula, causados principalmente pela pandemia, como já mencionado, indicam a necessidade de ampliarmos a visão sobre os efeitos da avaliação, construirmos melhores diagnósticos e intervenções mais adequadas.

### 4.3.1 AS AVALIAÇÕES INFORMAIS DETERMINAM AS FORMAIS E A APRENDIZAGEM

Observe a figura abaixo e resolva a questão proposta:



Pátio - Revista Pedagógica. Ano 2, nº 6, ago/out/1998

A professora retratada na figura acima entende avaliação como:

- (A) Utilização de critérios adequados para classificar os alunos.
- (B) Identificação das características individuais dentro de turmas heterogêneas.
- (C) Atribuição de rótulos que contribuem para a exclusão dos alunos.
- (D) Constatação de diversidades para repudiar as atitudes de preconceito racial.
- (E) Reconhecimento das diferenças para valorizar as vivências dos alunos.

Grande parte dos estudos sobre avaliação é direcionado para a avaliação formal (provas, testes, notas, cola, etc.), mas este não é o único tipo de avaliação que se faz na escola.

Muito antes da **avaliação formal** (obrigatória, porque num determinado dia é preciso apresentar uma nota), fazemos muitas outras avaliações que influenciam na avaliação formal.

Na maioria das vezes, as avaliações formais servem apenas para legitimar o que já estava decidido nestas outras avaliações ou para confirmar as expectativas do professor. Ou seja: o resultado da avaliação formal é, na maioria das vezes, a confirmação de um resultado que já “era previsto” pelo professor. Ou ainda, é um resultado que foi ‘criado’ pelo próprio professor. Fazemos referência à avaliação cotidiana **informal**, que influencia no ensino, na aprendizagem e na avaliação formal, principalmente dos estudantes mais pobres.

Explica-se: como na labuta diária somos impelidos a tomar uma série de decisões (decidir a marca do produto no supermercado, o médico a consultar etc.) e estas decisões são precedidas, na maioria das vezes, por uma avaliação precária (se fôssemos analisar profundamente ou cientificamente cada decisão que tomamos diariamente, não viveríamos ou não faríamos tudo o que teríamos que fazer), também no cotidiano escolar estamos sempre emitindo opiniões e tomando decisões sem a profundidade ou sem a cientificidade necessária.

Estas opiniões ou avaliações informais são feitas constantemente pelo professor em relação aos estudantes, como na figura acima, ou à turma (fraca, forte, bagunceira, etc.), pelos estudantes em relação ao professor, inclusive nos múltiplos aspectos, como o modo de falar, de vestir, de gesticular (bom professor, mau professor, brincalhão, enrolador, preconceituoso, complexo, etc.) e pelos estudantes entre si (burro, molenga, amigo, CDF etc.).

Essas avaliações, nem sempre permanentes, podem ser corrigidas com a experiência, com a repetição da tarefa, ou com um conhecimento mais aprofundado.

Colocamos a funcionar, nestas avaliações, nossas percepções, nossos sentidos, nossas angústias, nossa capacidade intelectual etc. Enfim, entram ‘em cena’ todas as influências que o meio exerce sobre nós, ou sobre o que nós somos. Funcionamos como um todo, não há como separar a pessoa do professor. O que resta saber, o que preocupa é se no âmbito escolar estas avaliações diárias e precárias permanecem ou são substituídas por outras quando a mudança efetivamente ocorre. Se elas “se transformarão em atitude de atenção permanente às mudanças ocorridas na pessoa avaliada, ou se são cristalizadas em posições estereotipadas, gerando preconceitos”. “Quantas vezes nos deparamos com o fato de um professor rotular uma turma de “incapaz” ou de “bagunceira” e, mesmo havendo sinais evidentes de mudança, este professor não consegue ultrapassar os conceitos iniciais ou as impressões iniciais que tinha da turma?” (KENSKI, 1991).

Infelizmente, prepondera a segunda alternativa. As avaliações diárias e precárias acabam se cristalizando em posições estereotipadas, gerando preconceitos, e acabam por definir, na maioria das vezes, o relacionamento entre professores e estudantes no sentido mais amplo. Quantas vezes o professor prepara e corrige a prova de acordo com o relacionamento que tem com os estudantes? Não por acaso temos a excelente obra de Vasco Pedro Moretto “Prova: Um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas”.

Mesmo que a turma seja ‘bagunceira’, a prova deve manter o objetivo de melhorar a aprendizagem por meio da identificação das ‘etapas ainda não vencidas’ da aprendizagem e do retrabalho imediato e com outras metodologias dos conteúdos, para torná-las ‘etapas vencidas’, como determina a Resolução 02/2018/COMET.

A ‘bagunça’ ou a indisciplina, inaceitáveis sob todos os aspectos, devem ser trabalhadas conforme orientações do documento *Sucesso na Escola, na vida e no Trabalho*, 3ª versão.

Já foi mencionado que a avaliação, ao legitimar a reprovação (principal fator intra-escolar de evasão), na maioria das vezes, confirma uma situação que já estava “na cabeça” do professor. Apenas se dá continuidade a uma situação que vai sendo criada, aos poucos, na própria escola. Quem já não ouviu falar do professor que, no primeiro dia de aula, ao olhar para os estudantes, profetiza: ‘este vai passar’ ou ‘aquele vai reprovar’. Pior, no fim do ano a profecia se realiza, não tanto pelo seu “olho clínico”, mas porque quer que a profecia se realize. Se o professor considera, na sua avaliação informal, precária, que o estudante vai ser malsucedido, esta consideração acabará por determinar, na maioria das vezes, sua relação com o mesmo, de menor atenção, por exemplo. É corriqueiro ouvir professor justificar sua não atenção aos estudantes com dificuldade (ou manifestar resistência para fazer a recuperação) para “não prejudicar os bons”. Alguns chegam a exteriorizar: ‘E os bons, como é que ficam?’ Neste caso, cabe a pergunta: “E os que têm dificuldade podem ficar pior?” Esta relação, mesmo que sutilmente manifestada (pelo olhar, tom de voz, etc.), é percebida pelo estudante e pode reverter-se em desestímulo para este ou em ato de indisciplina para chamar atenção, o que piora, ainda mais, a ‘percepção’ do professor. Se o professor demonstra, mesmo de forma sutil, que não acredita no estudante, este percebe e também passa a não acreditar em si. Estão criadas, então, as condições básicas para o fracasso escolar e social do estudante.

É também corriqueiro ver o mesmo professor fazendo esforços descomunais quando leciona na escola privada, mas criando dificuldades para tudo quando leciona na escola pública. É porque acredita que esforços para os pobres resultarão em nada? Ou por que tem certeza de que para os pobres qualquer coisa serve?

O mais grave é que tal crença, profecia ou atitude não tem cunho científico, pelo contrário, tem fundo preconceituoso, como mencionado. Dificilmente o professor exterioriza profecias negativas em relação aos estudantes provenientes de famílias mais abastadas. Pelo contrário, sobre estes, expectativas ou profecias positivas. Os preconceitos, como adverte Souza Patto (1990), têm raízes econômicas e sociais. É a prevenção que muitas pessoas possuem contra pessoas negras ou pobres. A sociedade é tremendamente preconceituosa e o professor pode ser afetado por esta situação. Estes conceitos antecipados e sem fundamento científico, de raízes históricas, são, por conseguinte, anteriores ao professor conhecer o aluno.

Segundo o *Novo Dicionário Aurélio*, preconceito quer dizer: “conceito antecipado; opiniões formadas sem reflexão; superstição; pré-juízo”. “A todo preconceito, corresponde uma atitude discriminatória”. É o que pode ocorrer na escola. Forma-se um conceito ou uma opinião sobre a criança, sem qualquer embasamento científico, que acaba determinando a relação do professor com esta. E insiste-se: é quase sempre irremovível. Mesmo quando a criança evolui, confirma este relacionamento “diferente” com o discriminado.

As pesquisas feitas pelo Geempa, em Porto Alegre, expõem e desmascaram alguns preconceitos, quando comprovam que crianças provenientes das camadas populares, pelo fato de, precocemente, terem que lutar pela sobrevivência, desenvolvem habilidades que muitas vezes a escola não percebe (por não perceber, não as utiliza) e que nestas habilidades são melhores que as outras, vindas das camadas médias.

A atitude do professor, quando preconceituosa, como mencionado, tem dupla ação: dando menos atenção ao estudante (com a desculpa já citada), que percebe e se desestimula. Por ser discriminado, o estudante pode, também, se auto discriminar. “Se o professor, que é professor, não acredita em mim, como vou acreditar?” Santos (1980) lembra-nos que “membros de grupos racialmente oprimidos na sociedade brasileira (negros e índios, por exemplo) foram levados a se odiarem e a praticarem violência contra si próprios”. Segundo ele, “o racismo (que é filho do colonialismo e do capital) tem esta peculiaridade: acaba se introjetando nas suas vítimas, tornando-as também racistas”. Não acreditando em si, nos do seu grupo, discriminando-os ou fustigando-os com a ilusão de que serão poupados ou mais bem aceitos por grupos que discriminam.

É comum ouvir-se nas escolas, principalmente nas turmas homogêneas, estudantes dizerem ao professor (diante das tentativas de esforço deste): “Não esquenta a cabeça, professor, somos da turma D” (os melhores estudantes, na classificação da escola, estavam nas turmas A e B).

Esse rótulo, colocado pela escola, maximiza as dificuldades dos estudantes. A partir de uma dificuldade na aprendizagem, “mataram” o estímulo (do estudante) para superá-la. Com o peso da classificação feita pela escola ou do rótulo, o estudante passa a se considerar inferior, fracassado, e a pensar que qualquer esforço, de sua parte ou do professor, resultará infrutífero. Muitas vezes esta situação é agravada quando o professor também passa a acreditar que seu esforço com esta turma também resultará infrutífero ou quando a escola ‘escala’ para estas turmas os professores menos experientes. É a chamada tempestade perfeita ou, no dito popular, “desgraça pouca é bobagem”. Ou seja, não se deve homogeneizar turmas. A heterogeneidade, ou os diferentes níveis de aprendizagem na mesma sala de aula, possibilitam trocas em que todos ganham. Quem tem dificuldades aprende. Quem tem facilidades aprofunda o que já sabe. Aprofundaremos esta questão na modalidade de recuperação ‘monitoria’.

Há ainda os casos em que o professor não se contém e chega a proclamar, em voz alta, seu preconceito, indo muito além da sutileza: “Você é burro, não aprende”. Ou o caso daquela estudante que foi reportagem de capa da revista *Nova Escola* (nº 65, abril de 1993), em que a professora disse que ela não tinha jeito e tendia a ser, “no máximo”, prostituta. Este fato fez com que a estudante desistisse da escola e só a retomasse muitos anos mais tarde, quando adulta, devido à pressão do mercado de trabalho. Mas quanto tempo e quantas oportunidades ela perdeu?

Todos esses desestímulos atingem a autoestima da criança e a levam a participar, cada vez menos, das aulas, tornando-se alheias (às aulas) ou passando a chamar a atenção com atitudes de indisciplina, o que provoca ainda mais repressão por parte do professor.

A psicóloga Onete Ramos Santiago (jornal *O Estado*, SC, 13/03/93), ao falar sobre autoestima (como nos sentimos em relação a nós mesmos), diz que a baixa autoestima (imagem negativa que fazemos de nós mesmos) advém do fato de, quando crianças, termos sido desacreditados ou não amados. Exemplifica a referida psicóloga que, se uma criança nunca tem razão perante seus pais, se a razão e o certo estão sempre com os outros, para esta criança resta sempre a desqualificação ou a desconsideração de seus sentimentos, de sua intuição ou mesmo de seu raciocínio. Ela tinha que ser uma perdedora. Seu papel infantil é fraco e, conseqüentemente, sua autoimagem se torna frágil. “Como meus pais não acreditaram em mim eu também não posso acreditar”.

Quando adulta, essa criança não se permite nada de bom, porque disso nem se sente merecedora. O ruim é que confere com o seu diálogo interno negativo. Não se permite também ser amada ou ter sucesso na vida, pois a felicidade não condiz consigo mesma. Se acontecer o sucesso, dá o jeito de acabá-lo, se acontecer ganhar dinheiro, tem que dele se descartar. **Nada**

**lhe é possível. Tem que viver abaixo de suas reais possibilidades, boicotando-se sempre, nada ousando, nada desafiando.** Eis o que acontece na vida escolar do estudante, quando é desconsiderado, quando nele nunca acreditamos. É desta forma, consciente ou inconsciente, com métodos sutis (olhar, tom de voz, etc.) ou não, que a escola vai realizando sua profecia (construindo o fracasso escolar da criança) por meio do seu relacionamento com ele. Mas, repete-se, dificilmente a escola teria estas crenças e posicionamentos com crianças provenientes de meios mais abastados. Por isso, de fundamental importância, garantir os direitos de aprendizagem da criança, previstos na BNCC.

Segundo a psicanalista Maria Cristina Machado (revista *Nova Escola*, nº 17), esta relação que confirma a profecia é de dominação e poder: “A professora pode aprisionar a criança e a pôe para servir seus desejos”. Quem diz que o estudante é inteligente ou capaz é a professora. Se ela quiser que ele vá bem, ele irá, se ela não quiser, não irá. Mas não é só. Além de inconscientemente “trabalhar” para que o prognóstico se cumpra, quando este não se cumpre o professor rejeita os resultados. Quantas vezes o professor se surpreende com a boa nota do estudante e corrige a prova mais de uma vez em busca de erros?

Rosenthal e Jackson (revista *Nova Escola*, nº 17, 1987), dois pesquisadores norte-americanos, em 1964, avisaram a um grupo de professores de uma escola de 1º grau que iam fazer testes de inteligência com alunos de uma turma. Posteriormente entregaram duas relações de alunos: uma com alunos considerados capazes, outra com os considerados incapazes. Só que a lista nada tinha a ver com qualquer teste de inteligência. Fora feita ao acaso. Oito meses depois, os pesquisadores voltaram à escola e constataram que os alunos considerados capazes fizeram muito mais progresso que os tidos como incapazes (não fizeram progresso algum). Mais do que isso, os professores descreveram os alunos “capazes” como mais inteligentes, mais felizes e com maiores possibilidades de êxito no futuro. Os menos “capazes”, da mesma forma, foram apontados como crianças menos curiosas, pouco interessadas e até desajustadas. Perceba-se que, “depois de terem sido levados a acreditar num maior potencial dos alunos (absolutamente falso), os professores encarregaram-se, talvez inconscientemente, por seu comportamento em classe, de fazer a profecia dar certo”.

As pesquisas de Rosenthal e Jackson demonstraram, ainda, que quando os ditos “incapazes” mostram algum progresso, esse não é visto pelo professor, ou é negado, ou considerado perigoso. O professor não suporta o fato de ver sua predição ameaçada. A pesquisadora Maria Helena Souza Patto, ao acompanhar a correção de provas feitas por professores de escola pública, constatou a mesma coisa: “A professora corrige de maneira diferente as provas dos

estudantes que considera bons. E chega a colocar errado em questões que estavam certas nas provas dos chamados maus estudantes”.

Esta “intuição” infalível do professor encontra reforço nos colegas da escola e na forma vertical como se organiza. Algumas situações descritas na literatura:

**a) A prévia informação que o professor recebe sobre seus futuros alunos.** As pesquisas de Rosenthal e Jackson mostram que ela é decisiva. Aconteceram casos em que, antes de o professor entrar numa sala de aula, os colegas “alertaram” a respeito de crianças indisciplinadas ou que não aprendem. São os famosos rótulos, que determinam a relação (de prevenção) com os estudantes e que são difíceis de serem removidos. Como mencionado, mesmo em situações que demonstram uma evidente mudança no comportamento dos estudantes, não consegue (o professor) ultrapassar esse juízo inicial (KENSKI, 1991).

**b) A formação de classes homogêneas,** já mencionadas, nas quais se classificam os estudantes em fracos, médios e fortes. As classes consideradas fracas são duplamente penalizadas: dificilmente algum professor quer lecionar lá. Quando a direção da escola arbitra, coloca ali os professores menos experientes, sob a mesma justificativa dos professores em relação à classe: “Os bons estudantes não podem ser prejudicados”. O que reforça a pergunta: Os que têm dificuldades podem ficar piores? Encontra-se aí um dos grandes problemas da escola pública e um dos grandes “responsáveis” pelo fracasso escolar.

É a escola cumprindo a função de não permitir que a pobreza ascenda às séries superiores da escolarização? São justamente os estudantes com menor rendimento que mais precisam da intervenção da escola para melhorar. Não acreditar nestes estudantes, dar menor atenção ou segregá-los em turmas homogêneas significa estar indiferente ou reforçar as desigualdades de oportunidades de aprendizagem que, como repetidamente dito, se convertem em desigualdades sociais, que se reconvertem em desigualdades escolares, num ciclo sem fim. Significa a impotência da escola como transformadora e sua força como reprodutora das desigualdades sociais. Numa turma heterogênea, não há disputa entre professores, nem expectativa negativa sobre a turma, nem da turma sobre ela mesma. Além do mais, a interação com estudantes de melhor rendimento, é comprovado fator de aprendizagem (VYGOTSKY, 1998). Aprofundaremos esta questão nas modalidades de recuperação: a ‘monitoria’

**c) O fato de o estudante com dificuldade ter parentes que outrora não foram bem na escola.** Quem já não disse ou ouviu no âmbito da escola, principalmente, no conselho de classe: “Imagine, é irmão daquele que não passou da série tal”. Ou “É daquela família que ninguém aprende”. Isso cria pré-disposição para pouco esforço com aquele estudante porque se

prevê que não progredirá. Mas ‘os dedos das mãos não são iguais’. Irmãos e parentes também não.

Além da não expectativa da escola, o meio em que a criança vive influencia decisivamente na aprendizagem e na permanência ou não nos bancos escolares. Se todos os dias a criança vê o seu pai sair de casa para o trabalho, não vê a hora de atingir a idade de fazer a mesma coisa. No entanto, Enguita (1989), ao referir-se às contradições da escola, adverte que, no contato, com outros horizontes melhores que o seu, a criança pode despertar para outras expectativas. Cabe à escola, portanto, descortinar estas outras expectativas por meio de falas (sobre a importância dos estudos para um futuro promissor) ou de palestras com profissionais de diversas áreas.

Todas essas situações, de baixa expectativa do professor em relação à criança, principalmente aquela mais pobre, fazem com que a avaliação formal apenas legitime uma situação criada dentro da própria escola, principalmente, por meio das avaliações informais.

Estes fatos, revelados pelas pesquisas na área da Educação, **servem de alerta** para o professor, que também pode ser vítima da formação formal ou informal que recebe, **sobre a necessidade de:**

- 1) Despojar-se de todo e qualquer preconceito;
- 2) Acolher muito bem todos os estudantes e seus familiares;
- 3) Acreditar, sempre, no êxito de todos os estudantes e envidar esforços para que se concretize. Demonstrar ao estudante, por diversos meios, que acredita no sucesso dele;
- 4) Observar, atentamente, se não há estudante excluído nas atividades de sala de aula, no pátio, no parque etc. Se tiver, incluir.
- 5) Estar sempre atento às modificações que neles ocorrem e valorizá-las o máximo possível.

Sem dúvida alguma, a professora retratada na figura do início deste capítulo vê a avaliação como no item *c*. Motivo maior desta reflexão.

#### 4.3.2 NÃO FAÇA MÉDIA. IDENTIFIQUE AS ‘ETAPAS AINDA NÃO VENCIDAS’ E AS RETRABALHE

Quando se fala sobre Ensino e Aprendizagem, faz-se referência aos quatro pilares que, segundo a Unesco, sustentam a Educação: saber, saber fazer, saber ser e saber conviver. A retomada desta questão faz-se necessária por duas razões:

- 1) Em tempos idos, a escola já trabalhou e avaliou os quatro mencionados pilares. Os boletins escolares dos estudantes de 1ª a 4ª série dos anos 60 e 70 traziam as seguintes disciplinas: Língua Nacional, Aritmética, Estudos Sociais, Ciências, Atitudes, Hábitos e Práticas Educativas. Ou seja, as atitudes, os hábitos e as práticas já fizeram parte das preocupações da escola, assim como fazer fila para entrada e saída dos estudantes da sala de aula, cantar os hinos pátrios etc., mas, por motivos que não iremos aqui discutir, tem se ocupado, ultimamente, apenas com o ‘saber’. Para responder às novas formas de gestão e produção da economia, principalmente, com a crescente automação, retomou-se o ‘saber fazer’ ou ‘mão na massa’. Para responder às constantes notícias sobre desvio ético e desrespeito, principalmente, com os diferentes, retomou-se, também, o ‘saber ser’ e o ‘saber conviver’. Na rede Municipal de Educação de Tubarão estas retomadas estão materializadas, principalmente, no documento ‘Ensino das competências socioemocionais por meio de atitudes’, na terceira versão do documento *Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho*.
- 2) Faz-se, constantemente, no âmbito das unidades escolares, uma média, indevida, destes pilares: “Este estudante é tão fraquinho, mas é gente boa, então será aprovado”. Por ser “gente boa” (saber ser e saber conviver), passou, automaticamente, a “saber” os conteúdos que não sabia? Ou por ser “gente boa” não precisa ter conhecimento? Ou ainda: “Este estudante tem bom rendimento, mas me incomodou o ano todo, então reprova”. Por incomodar (faltou o ‘saber ser’ e ‘saber conviver’), deixou, automaticamente, de ‘saber’ o que já sabia? A escola cumpre a sua função quando, tão logo detecta ‘etapas ainda não vencidas’ num dos pilares, imediatamente as retrabalha para torná-las ‘etapas vencidas’. Um não compensa o outro.

A escola reflete, na verdade, no momento da avaliação, a tendência da sociedade, de julgar e condenar ou absolver pessoas, fazendo preponderar questões pessoais, como simpatia, antipatia ou outras, sobre o mérito do que está sendo julgado. Políticos ainda são eleitos por serem simpáticos, bonzinhos ou bonitos, o que não tem relação com a função que irão desempenhar, se eleitos.

A prática de não retrabalhar os pilares que apresentam ‘etapas ainda não vencidas’ e de buscar uma suposta compensação, através da média, é incentivada pela escola e pela família. Mesmo que a média facilite a aprovação do estudante, trará problemas futuros, como veremos a seguir.

Estudantes com péssimo desempenho num capítulo de um conteúdo ou num bimestre são incentivados a estudarem mais no próximo capítulo ou bimestre, para, por meio da média, conseguirem a aprovação. Deveriam ser incentivados a retomarem, antes, o que não aprenderam no capítulo ou no bimestre que findou, para depois estudarem mais no próximo capítulo ou bimestre. É como se aprender mais no capítulo ou bimestre seguinte os fará aprender o que não aprenderam no capítulo ou bimestre anterior. Na prática, ocorre o contrário. É o melhor aprendizado do capítulo anterior (pré-requisito) que facilitará o aprendizado do próximo.

Na verdade, a prática da média pode proporcionar aprovação do estudante, mas mantém inalterada e escondida a ‘etapa ainda não vencida’, que vai aparecer mais à frente, principalmente no exercício profissional. É o caso da enfermeira, exímia atendente, mas que não sabia aplicar injeção. Todos os seus pacientes saíam com hematomas. Como se tornou enfermeira? Uma investigação comprovou, preliminarmente, que fora aprovada com média sete (7,0). Aprofundando, constatou-se que duas habilidades básicas eram exigidas durante o curso: atendimento – no que era excelente e, por isso, recebeu nota dez (10,0) – e aplicar injeção – no que apresentou dificuldades, por isso, nota quatro (4,0). Feita a média:  $10+4=14$ , e,  $14/2=7$ , foi aprovada – recebeu o certificado – mas a deficiência em aplicar injeção permaneceu.

A escola contribuiria melhor para a formação desta profissional, reforça-se, se, em vez de fazer a média entre as competências ou habilidades necessárias para o bom exercício profissional, retrabalhasse, em todos elas, as ‘etapas ainda não vencidas’. Vale o mesmo para os quatro pilares da educação e para todos os conteúdos: trabalhar e avaliar todos e retrabalhar as ‘etapas ainda não vencidas’, sem fazer média. Fazer média, é bom salientar, usa-se cotidianamente para ‘tapear’ ou engambelar para não fazer o que precisa ser feito.

### 4.3.3 COMO AVALIAR PARA MELHORAR O ENSINO E A APRENDIZAGEM

Para melhorar o ensino e a aprendizagem, basta, nas avaliações, mencionar notas e anotar as “etapas vencidas” e as “etapas ainda não vencidas”? Não. Para que a melhora ocorra é preciso retrabalhar, imediatamente e com outras metodologias, as “etapas ainda não vencidas”.

O ciclo da avaliação diagnóstica (já diferenciada da classificatória na 3ª versão deste documento) é composto de duas etapas: **diagnóstico** (correção, menção de notas e anotação das “etapas vencidas” e das “etapas ainda não vencidas”) e **intervenção ou recuperação** (retrabalho imediato e com outras metodologias das “etapas ainda não vencidas”).

Apenas constatar na prova os certos e os errados ou “etapas vencidas” e “etapas ainda não vencidas” não traz contribuição para melhorar a aprendizagem. É o que acontece em sala de aula quando o professor corrige as provas, registra as notas, devolve-as para os estudantes e “toca” a matéria pra frente, ou seja, apenas fez o diagnóstico, apenas constatou e **tomou uma decisão: deixar como está, em vez de intervir para melhorar.**

É fundamental lembrar que nunca há neutralidade: sempre que se faz uma constatação, um diagnóstico, de duas decisões, se toma uma: deixar como está ou intervir para melhorar.

É o caso do médico que examina o paciente, constata os problemas de saúde e lhe ‘destrata’ ou deseja uma boa hora de morte. É o que se espera do médico? Não. Espera-se que, diante dos problemas de saúde detectados, o médico prescreva as medicações a serem tomadas, o tratamento a fazer etc. para resolver o problema.

É também o que se espera do educador: diante dos problemas de aprendizagem, detectados, retomar, imediatamente e com outras metodologias, os conteúdos não aprendidos. Reforça-se: não há neutralidade. Sempre que se faz uma constatação, um diagnóstico, se elege, entre duas, uma decisão: deixar como está ou intervir para melhorar.

Retomamos a cena da sala de aula: o professor distribui as provas para os estudantes, recolhe-as depois de resolvidas, corrige, atribui notas, registra no diário, anota as ‘etapas vencidas e as ainda não vencidas’, devolve-as (aos estudantes) e “toca” a matéria para frente. Tomou qual decisão? Deixar como está ou intervir para melhorar? É evidente que a decisão tomada foi: deixar como está.

Constantemente tem-se decidido deixar como está, mas é preciso, como determinam a LDB (Art. 12 e 13), “estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento” e a Resolução 02/2018/COMET (Art. 9º), “oferecer novas oportunidades de aprendizagem aos estudantes, imediatamente e com outras metodologias, para superar deficiências detectadas, principalmente, após aplicação de instrumento de avaliação”. Ou seja: intervir para melhorar. Significa que o ciclo da avaliação só se completa com a realização da **recuperação**. Do contrário, está-se fazendo, nas escolas, apenas constatação, verificação ou diagnóstico, mas nunca avaliação. A recuperação, portanto, é parte indissociada da avaliação. Ou não há avaliação sem recuperação ou sem recuperação a avaliação é abortada na verificação/constatação.

É fundamental lembrar que a denominação “avaliação” surgiu na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996. Na LDB de 1971, chamava-se: verificação da aprendizagem. Era só para verificar. **Agora é para verificar e intervir, se o aluno não aprendeu.**

Luckesi (2005) diz que avaliação é: investigação e intervenção. Mas de que tipo de recuperação está se falando? Abordaremos, à frente, as modalidades de recuperação.

#### 4.3.4 OS EFEITOS DA AVALIAÇÃO ULTRAPASSAM OS LIMITES DA ESCOLA

**Primeiro problema:** Imaginemos uma sala de aula com quarenta estudantes. As aulas começam em fevereiro. No mês de março já se constata que vinte e cinco estudantes acompanham e quinze têm dificuldades. O que acontecerá com estes quinze estudantes, se não houver recuperação? “Vão ser reprovados.” Isso significa: no mês de março, já sabemos o que vai acontecer com o estudante no fim do ano, se não interviermos. Esperamos, contudo, passar todo o ano para, no mês de dezembro, emitir o atestado de óbito: REPROVADO. Isto se o estudante não se evadiu antes. O que mais assusta? O fato de já sabermos, no início do ano, o que vai acontecer com o estudante se não interviermos. Mesmo assim, resistimos, sob as mais diversas e estapafúrdias justificativas, para não fazer a recuperação.

O fracasso (do estudante ou da escola?) nos é indiferente? É aceito como natural? Se este discurso fácil, favorável à equanimidade social, e contrário às injustiças ou desigualdades sociais, for verdadeiro, são estes estudantes que precisam da maior atenção da escola e do

professor. São estes estudantes que precisam de recuperação imediata e com outras metodologias, como determinam os discursos, a literatura, a LDB (Art. 12, 13 e 24) e a Resolução 02/2018/COMET.

Porque, se em consequência de suas dificuldades, reprovarem (e a reprovação é o principal fator intraescolar de evasão), tais estudantes deixam de obter o capital mais importante para sobreviverem, que é o conhecimento. Estar evadido da escola, já se frisou, é estar evadido do setor produtivo, de ter renda, de ter o mínimo para sobreviver com dignidade. Não que a reprovação seja a única causa de evasão, mas é a principal causa intraescolar. Não que a única saída para o pobre seja a escola, mas é a principal, a que rompe o ciclo da pobreza, e, espere-se, calcada em princípios éticos.

A ‘reprovação escolar’, além de se constituir no principal fator intraescolar de evasão, com as consequências já mencionadas, causa pelo menos mais três prejuízos:

1) A reprovação contribui, decisivamente, para diminuir: a) A nota do Ideb da escola (quanto maior a reprovação, menor a nota do IDEB); b) O retorno financeiro para o município e para escola (quanto menor a nota do Ideb, menor o retorno financeiro para o município e para a escola, de acordo com o novo Fundeb - Lei nº 14.113, de 25/12/2020); e c) Os ganhos pecuniários do professor (quanto menor a nota do IDEB da escola, menor o salário do professor, conforme legislação municipal).

2) A reprovação não contribui para que o estudante “fique mais forte”. As provas do Saeb desmontam tal mito que há muito tempo influencia pais e professores: reprovar contribui para o aluno “ficar mais forte”. As referidas provas permitem constatar que, em todas as turmas, os estudantes considerados mais fracos são justamente os repetentes. Então, reprová-los não os deixa mais fortes. Até porque apenas reprovou-se, apenas atestou-se que ainda não sabe, mas nada se fez para que aprendesse. Então é natural que, mesmo reprovado, as dificuldades continuem e se ampliem. No mínimo, ficam como estavam, ou piores, porque, agora, carregam o rótulo de “repetentes”, que influencia negativamente os professores, a si próprios, aos colegas e aos pais, que, infelizmente, muitas vezes se conformam, aquiescendo: “Eu também era assim, tinha cabeça dura”.

3) A reprovação não acontece como uma morte súbita. Antes de reprovar, o estudante passa por um calvário: não compreende o que o professor explica, sente-se perdido na sala de aula, incapaz, diminuído perante os colegas, desanima, o relógio ‘não anda’, a aula parece não ter fim e, quando termina, a vontade é de não mais voltar. Ou volta, forçado (pela família ou pelo Conselho Tutelar), compensando muitas vezes com atitudes de indisciplina. Ser ‘mandado para fora da sala de aula’ ou ser suspenso das aulas constitui, num primeiro momento,

um prêmio. Depois, um pesadelo para a escola, para si, para sua família e para a comunidade. Tudo isso poderia ser evitado se medidas fossem adotadas (recuperação, por exemplo), para que o estudante se envolvesse com a aula.

Mas atenção! O fato de estarmos levantando as mazelas e os equívocos da reprovação escolar não significa, absolutamente, que estamos defendendo a aprovação automática dos estudantes. Por meio da Resolução 02/2018/COMET, não só mantivemos a aprovação/reprovação como mantivemos, também, a média 7 (sete) e 4 (quatro) bimestres para aprovação. Até então a Rede Municipal de Ensino de Tubarão acompanhava a Rede Estadual, que baixou a média de 7,0 (sete) para 6,0 (seis) e reduziu de 4 (quatro) bimestres para 3 (três) trimestres. Ou seja, antes os estudantes precisavam de 28 pontos anuais para serem aprovados, e agora precisam de 18. Na Rede Municipal de Ensino de Tubarão precisam de 28 pontos. Por uma questão muito simples: quanto menores as exigências para aprovação, menores os esforços dos estudantes, professores e pais e, conseqüentemente, menor a aprendizagem. Ou seja, mantivemos altas as exigências para o estudante ser aprovado, mas, de forma coerente, aumentamos as oportunidades de aprendizagem (reforço no contraturno, cumprimento das recuperações pós-prova, tarefas de casa diariamente e calendário de provas, como minuciosamente detalhado no documento *Sucesso na Escola, na Vida e no Trabalho*, terceira versão). Sem tal coerência, a reprovação e suas conseqüências, acima mencionadas, explodiriam.

Não reprovar, diminuir as exigências para que o estudante seja aprovado e diminuir as oportunidades de aprendizagem, é mais fácil, custa menos para a administração pública e resulta em maior Ideb (menor reprovação resulta em maior Ideb). Mas é, também, um atentado contra os mais pobres e contra o país. A melhoria da aprendizagem e da produtividade resultam do aumento das exigências para aprovação e das oportunidades de aprendizagem.

No Brasil, principalmente na educação, não é surpresa que se pense de forma maniqueísta: se alguém reclama do quente, imediatamente se passa a defender o frio. Se algo, em algum aspecto, não está bom, já se passa, simplistamente, a classificá-lo como ruim. Migra-se facilmente de um extremo para outro, evidenciando a dificuldade para encontrar o equilíbrio. Então, quando se apontam os problemas da reprovação, já se imagina que a saída está na aprovação em massa. Tanto na aprovação automática quanto na reprovação, 'que não torna o estudante mais forte' e constitui o principal fator intraescolar de evasão, como acima mencionado, o estudante sai da escola sem o ativo mais importante, que é o conhecimento. Portanto, o debate escolar deve ir muito além do aprovar ou reprovar. Deve concentrar-se no ensinar de forma que o estudante aprenda. Aprovar e reprovar são conseqüências do aprendizado ou não.

Mas é importante ressaltar que, na cultura escolar brasileira, independentemente se na Educação Básica ou Superior, quando existe a menor desconfiança de que não há reprovação, o prejuízo para a aprendizagem é duplo: o estudante não estuda e o professor não avalia. Para muitos estudantes, o conhecimento tem ‘valor de troca’ por nota (se não preciso apresentar nota para aprovar, não estudo) em vez de ‘valor de uso’ (o conhecimento abre portas). Para muitos professores, a avaliação tem apenas a função de classificar o estudante como aprovado ou reprovado. Então, se não reprova, não avalio. Mas tem a função diagnóstica que oportuniza identificar ‘etapas ainda não vencidas’ da aprendizagem para intervir (recuperar) de forma adequada e torná-las ‘etapas vencidas’. Quando não se identifica estas etapas, a recuperação se torna inócua. Se o estudante é aprovado sem os conhecimentos correspondentes, o seu certificado vale tanto quanto um cheque sem fundo. Não passará na prova do emprego, da OAB etc. A comunidade não recebe o retorno do que investiu. Enfim, todos perdem.

É fundamental que todos na escola não percam de vista que as consequências da avaliação escolar (provas etc) vão muito além dos limites da sala de aula ou da escola.

Quando avaliam, não o fazem apenas para atribuir as notas que a burocracia escolar exige, para formalizar se o aluno aprendeu ou não ou ainda para decidir se aprova ou reprova. Decidem muito mais: decidem se o estudante permanece ou sai da escola; o ponto da hierarquia do mercado de trabalho em que vai atuar; a renda que vai ter; e, conseqüentemente, a qualidade de vida que obterá. Decidem, também, de acordo com o Fundeb, a quantia de recursos que o município e a escola receberão e o tamanho dos seus salários. E se o país avança ou continuará desigual e violento.

#### 4.3.5 AS DIVERSAS MODALIDADES DE RECUPERAÇÃO – A MONITORIA

Lembra-se do **primeiro problema**? Imaginemos uma sala de aula com quarenta estudantes. As aulas começam em fevereiro. No mês de março já se constata que vinte e cinco estudantes acompanham e quinze têm dificuldades. O que acontecerá com estes quinze estudantes, se não houver recuperação? Isso já respondemos acima.

Com base no **primeiro problema**, vamos enunciar o **segundo problema**: é possível ajudar os quinze estudantes sem prejudicar os outros vinte e cinco? Esse questionamento é fundamental, porque ainda há resistências para fazer a recuperação sob as desculpas, inúmeras

vezes mencionadas, de que “os bons não podem ser prejudicados”, ou de que “na prova de recuperação, o aluno pode tirar nota menor”, ou ainda “fazer recuperação dificulta o cumprimento do programa”. Quem apresenta este argumento – os bons não podem ser prejudicados – é porque já tomou uma decisão em favor da manutenção da ordem vigente: dar mais para os que já têm e menos ou nada para os que menos têm. Não está, com esta postura, reproduzindo a lógica da desigualdade e da exclusão que, no discurso, condena? Ou fazendo, mesmo que de forma inconsciente, sua luta eugênica (guerra contra os fracos)? Além do mais, o professor faz diferença para a vida dos mencionados quinze estudantes, se por ele forem resgatados. Os vinte e cinco estudantes que aprendem com facilidade progredem na hierarquia escolar com ou apesar do professor. Mesmo quando este atrapalha, ele aprende. Respondendo à pergunta: é possível, sim, ajudar os quinze estudantes sem prejudicar e com vantagens para os vinte e cinco. No quarto problema, veremos como isto pode acontecer.

**Terceiro problema:** os quinze estudantes aprendem com os vinte e cinco? Aqui está outro mito que tem atrapalhado o processo de recuperação dos estudantes que apresentam dificuldades na aprendizagem – é o fato de o professor pensar que o estudante aprende somente quando ele (professor) fala. Bobagem! Muitos estudantes aprendem mais facilmente com a explicação do colega do que com a do professor, porque eles estão no mesmo nível de linguagem verbal. É importante não perder de vista que, quanto mais tempo leciona-se o mesmo conteúdo, mais dificuldades tem-se para se colocar no lugar do estudante. Como o assunto já está todo ‘na cabeça’ do professor, chega-se à sala de aula e discorre-se com prontidão sobre o mesmo e, por isso, pressupõe-se que, para o estudante, também esteja fácil. As aulas em que o professor esteve mais próximo dos seus estudantes foram as primeiras lecionadas, porque teve que prepará-las, então sentiu a dificuldade.

Uma das formas para atacar o desnível de aprendizagem na sala de aula (sempre presente, mas agora mais agudo devido às desiguais oportunidades de aprendizagem oferecidas durante a pandemia) é justamente a interação, a troca de conhecimentos entre os diferentes estudantes com seus diferentes níveis de aprendizagem. Então, em vez de maldizer os desníveis de aprendizagem, na sala de aula, utilizá-los de forma que os que tem dificuldade possam aprender e os que tem facilidade possam aprofundar o que já sabe.

É sabido que é melhor trabalhar apenas com “bons estudantes”. Mas também há que se concordar que tal atitude, excludente, é nada meritória. Não se está na escola para fazer o que é mais fácil ou agradável, mas para fazer o que contribui para manter os estudantes nos bancos escolares e para melhorar a aprendizagem, principalmente dos que apresentam maiores dificuldades. É o que contribui para diminuir as desigualdades sociais e a violência.

**Quarto problema:** os vinte e cinco estudantes com facilidades para aprender perdem por trabalhar com os quinze que possuem dificuldades? Não. Quanto mais se ensina, mais se aprende. Quanto mais se fala do que “se sabe”, mais se fica sabendo. Os vinte e cinco, ao trabalharem com os quinze, vão compreender melhor, por outras facetas, aquilo de que já tinham certa compreensão. Vejamos que situação interessante: os estudantes que têm dificuldade aprendem com os colegas que têm facilidade e os que têm facilidade não perdem, pelo contrário, aprendem mais, ao trabalhar com os que têm dificuldade. Referimo-nos, aqui, à modalidade de recuperação chamada **monitoria**. Tão conhecida no magistério, de tão bons resultados já comprovados, mas tão pouco praticada. Quando se fala de monitoria, é necessário esclarecer que não se está fazendo referência àquela ação institucional na qual o estudante CDF ganha bolsa de estudo para trabalhar com os demais, ou daquela outra situação em que os estudantes com dificuldade vêm para a escola em outro turno para serem atendidos por outro professor. Isso já ocorre na Rede Municipal de Ensino de Tubarão (reforço no contraturno). Alude-se à situação que deve ocorrer na própria sala de aula, onde o professor organiza os estudantes de modo a que os que têm facilidade trabalhem com os que têm dificuldade.

Pesquisa anunciada, em junho de 2006, no seminário Ações de Responsabilidade Social em Educação: melhores práticas na América Latina mostram que os melhores resultados nos exames internacionais são aqueles onde há estudantes de diversas classes sociais estudando na mesma escola. “Os estudantes mais pobres se beneficiam do fato de estudarem com estudantes mais ricos. O desempenho melhora”, diz o diretor.

Basta, para ocorrer a monitoria, o estímulo do professor, porque, naturalmente, na sala de aula, os estudantes já se sentam próximos daqueles com os quais melhor convivem ou a quem podem pedir ajuda.

Monitoria em sala de aula está coerente com uma tendência mundial que ocorre também em outros setores: **buscar as soluções para os problemas do grupo, maximizando as potencialidades existentes nos membros do próprio grupo**. Nos planejamentos coletivos dos professores, se dá por meio da troca de experiências. No processo de criação de empregos, chama-se protagonismo local. Na busca do desenvolvimento regional, faz-se a concertação entre todos os atores da região.

No caso escolar, enfatiza-se: em vez de maldizer os desníveis de aprendizagem em sala de aula, que são naturais (agora mais agudos, devido à pandemia), é mais produtivo utilizá-los positivamente por meio da monitoria. Nessa modalidade de recuperação em que todos ganham, trabalham-se, também, os valores, como solidariedade, amizade, entajuda, troca etc.

Nada resolve esbravejar contra o individualismo e o egoísmo, se não forem criadas oportunidades para que os estudantes vivenciem os seus contrários. Valores, é bom reiterar, não são criados por decretos ou por leis, mas na vivência, principalmente pelo exemplo. Cabe à escola gerar as oportunidades para que sejam práxis. É fundamental não esquecer que é incumbência da escola desenvolver, além do saber e do saber fazer, também o **‘saber ser’** e o **‘saber conviver’** (os quatro pilares da Educação, segundo a Unesco).

Na prática, ainda não há consenso sobre isso. Há quem argumente que os valores e os limites devem ser criados em casa e que é incumbência da escola trabalhar apenas os conhecimentos, e há os que defendem que os valores e os limites sejam criados em casa e solidificados na escola. De fato, houve tempo em que as crianças e os jovens conviviam, praticamente, o dia todo com adultos: com professores, na escola, num turno e com pais, trabalhando na lavoura, no comércio, ou em outras atividades no outro. Na convivência com o adulto, estas crianças e jovens aprendiam com seus exemplos, e, quando erravam, a correção era imediata. Hoje, dificilmente, isso ocorre. Muito cedo, todos os dias, o pai e a mãe saem de casa para trabalhar, e – se isto não acontece, gera preocupação porque estão desempregados – os filhos convivem e aprendem entre si, com os vizinhos da mesma idade ou não, com a televisão, que pode ser violenta a partir dos desenhos animados e com a internet, que pode ser instrutiva ou destrutiva.

É justamente pela grande possibilidade de a família não trabalhar os valores e os limites que a escola precisa fazê-lo. Ou as crianças serão duplamente prejudicadas: a família não trabalha (valores e limites) e a escola também não. Chegarão à idade adulta sem possibilidades de conviver com eles (valores e limites), com todas as consequências já mencionadas. Não se está justificando ou isentando os pais desta imprescindível tarefa. Pelo contrário, se não fizerem, devem ser acionadas junto ao Conselho Tutelar (ECA e **CÓDIGO PENAL, Art. 246**). Está se ratificando que é incumbência da escola **orientar** as famílias para que trabalhem os valores e limites com os filhos, **trabalhar** junto com elas e **acioná-las** quando não trabalham.

O trabalho com monitoria oportuniza também o aprendizado de uma das exigências mais importantes para ingressar e/ou manter-se no mercado de trabalho, que é o **trabalho em equipe e o trabalho colaborativo**. Sobre tal questão, Costa (2006) expressa-se da seguinte forma: **a empresa que valoriza através de suas práticas de gestão o trabalho em equipe não está apenas sintonizada com mais um modelo de moderna gestão, mas está, também, estimulando a convivência compartilhada, potencializando seus recursos e talentos em uma mesma direção: resultados mais satisfatórios a todos os envolvidos**. Se esta exigência (trabalho em equipe ou colaborativo) não é feita para o estudante ingressar na escola, então é preciso exercitá-la enquanto estiver frequentando.

Não resta dúvida de que a monitoria é a mais completa e mais eficaz modalidade de intervenção. No entanto, é preciso ficar atento para que não ocorram desvios na sua execução e se torne atividade inócua. Três perguntas e as respectivas respostas elucidam esta preocupação:

1) Todos os estudantes que têm facilidade para aprender aceitam, sem resistência, trabalhar com os estudantes que têm dificuldade? Não. Muitas vezes há manifestações de egoísmo e de individualismo. Nesse caso, a postura do professor não deve ser de suposta neutralidade, mas de intervenção. Faz-se necessário apresentar a estes estudantes os exemplos que demonstram que em nada na vida se é autossuficiente, que sempre precisamos de alguém, mesmo quando somos muito abastados. Não há como viver sem a presença de outros seres humanos, por mais abastados que possamos ser. O complexo sistema econômico/financeiro no qual se vive hoje começou com as trocas de mercadorias – o escambo. Na própria sala de aula, o aluno que tem facilidade numa disciplina poderá ser monitor, mas se tiver dificuldade em outra, poderá ser monitorado.

2) Os estudantes que têm facilidade, ao trabalhar com os que têm dificuldade, falam para esses (explicam) ou fazem por eles? Se fizerem, o objetivo (ensinar) não está sendo atingido. O interesse é pela explicação, pelo fato de estarem no mesmo nível de linguagem verbal.

3) Os estudantes que têm dificuldades aceitam, sempre, a ajuda dos que têm facilidade? Nem sempre. Alguns estudantes estão com a sua autoestima tão baixa que entendem o fracasso como o seu melhor lugar. São esses que mais precisam da presença e dos estímulos positivos de toda a escola.

A monitoria é de fato uma intervenção eficaz, mas não pode ser utilizada sem atento acompanhamento. Porque pode ocorrer uma (ou todas) as questões acima, o que frustraria o objetivo, que é melhorar a aprendizagem dos estudantes que têm dificuldade e consolidar a dos que têm facilidade.

#### **4.3.6 AS DIVERSAS MODALIDADES DE RECUPERAÇÃO – O TRABALHO DIVERSIFICADO**

Não é possível imaginar escola frequentada somente por estudantes ideais. Eles são reais e trazem a realidade em que vivem para a sala de aula. Também não é possível pretender

que a boa aula fará aprender bem e da mesma forma todos os estudantes. O conhecimento tem, entre outras características, a idiossincrasia. Isso quer dizer que o bom discurso do professor, na sala de aula, cala de forma diferente (e não igual, como se espera) nos diferentes estudantes. Para uns, é um aspecto do discurso que chama mais atenção; para outros, é outro. Isso é natural: os diferentes estudantes têm diferentes histórias de vida, por isso fazem associações diferentes num mesmo discurso do professor. E quando é o mesmo aspecto que chama atenção, pode ser abstraído com significado diferente. Sem contar que os diferentes estudantes têm ritmos de aprendizagem diferentes – o que também é natural.

Por isso, também não é possível pretender que todos os estudantes aprendam as mesmas coisas, da mesma forma e no mesmo intervalo de tempo. Precisam, portanto, de tempo e abordagens diferentes para aprender. O discurso único, a atividade igual para todos em sala de aula é mais fácil para o professor, mas é excludente. Há muito já se contrariou o mandamento constitucional de que todos são iguais perante a lei. Nunca o foram. Os que já têm mais posses são mais iguais. Inclusão, em qualquer que seja o aspecto, mas principalmente no escolar, não é tratar os diferentes de forma igual, mas tratar os diferentes de forma diferente. Os que têm menos precisam receber mais. Tratar os diferentes de forma igual contribui para aumentar a diferença. Diante de ritmos diferentes de aprendizagem dos estudantes, que é natural, enfatiza-se, é necessário que o professor trabalhe de forma diferente ou diversificada.

Como mencionamos no início desta reflexão, também nada resolve o professor ficar frustrado ou reclamando dos que têm dificuldade para aprender. Perguntar ao estudante de que escola ele veio ou quem foi seu professor na série anterior somente o fará ficar pior, pois está reforçando que ele é diferente (para menos) dos demais. Está atingindo-lhe naquilo que é mais caro para todos, que é a autoestima. O estudante não tem culpa se no ano anterior frequentou escola não tão boa ou se teve professor não tão bom. Ele não é culpado, é vítima.

No ano letivo em curso, o estudante está sob a responsabilidade desta escola e deste professor, que devem investigar as causas das dificuldades e fazer as intervenções necessárias para superá-las e colocá-lo (estudante) no caminho da aprendizagem.

Daí a necessidade de diversificar as ações, em sala de aula, que podem acontecer de duas formas:

- 1) Enquanto o professor dedica atenção especial aos quinze estudantes que têm dificuldades – na maioria das vezes, devido a um pré-requisito não aprendido –, os vinte e cinco estudantes que têm facilidades trabalham com exercícios previamente preparados por este, em ordem crescente de complexidade – uma espécie de instrução programada, que não mais serve como metodologia de ensino, no sentido de compreender, mas serve como tarefa auxiliar neste

tipo de intervenção. Afinal, não é possível pretender que estudantes sadios fiquem como estátuas em sala de aula, se não estiverem envolvidos com tarefas significativas. Por outro lado, se o professor não corrigir estes exercícios e se não der retorno sobre estes para os estudantes, esta dinâmica funcionará somente uma vez. O estudante logo perceberá que se trata de um mero “cala boca”. Esta é uma estratégia que, observados estes aspectos, pode tornar melhor os estudantes que são bons e ajudar muito os que apresentam dificuldades.

2) O professor prepara, logo no início do ano, no período de planejamento, uma série de exercícios com o objetivo de trabalhar os pré-requisitos (se não foram trabalhados antes) e que, na verdade, são as principais causas das dificuldades de aprendizagem. À medida que vai corrigindo as provas, vai separando, para cada estudante, conforme a dificuldade detectada, os exercícios correspondentes ao pré-requisito que precisa ser trabalhado. O estudante resolve os exercícios e apresenta ao professor, que os corrige. Se a dificuldade estiver sanada, a atividade cessa; se persistir, o professor prossegue com os exercícios. A partir daí se estabelece um diálogo, via exercícios, entre professor e estudante. Esta atividade é mais produtiva quando planejada junto com os pais.

A eficácia dessa intervenção está no fato de o professor trabalhar com foco na ‘etapa ainda não vencida’, individualmente, e não de forma generalizada, na qual muitas vezes trabalha o desnecessário e ignora o necessário.

O trabalho complementar do professor é organizar e corrigir exercícios, e o ganho está na satisfação de ver aprender os estudantes que apresentam dificuldades e de atuar como agente social.

#### **4.3.7 O ÓBVIO E O MÍNIMO EM RECUPERAÇÃO – A CORREÇÃO COLETIVA**

Sempre que se devolve uma prova corrigida aos estudantes, ocorrem dois minutos que não tem como tirar deles. É o tempo em que vão ver as suas notas, comparar com as dos colegas, verificar se o professor foi ‘mais justo’ com os colegas do que com ele, contar os décimos e os centésimos para ver se não houve engano. Verificar se o professor considerou como certa, para ele, a mesma resposta que considerou para o colega, e assim por diante.

Passado este momento, o professor não tem outra coisa a fazer a não ser ir para o quadro ou solicitar que um estudante vá e resolva todas as questões da prova, para que os demais

estudantes, com suas provas em mãos, possam perceber que respostas o professor esperava e, principalmente, **onde e por que erram**. Do contrário, vão continuar errando.

O erro contribui para a aprendizagem significativa, desde que o estudante saiba a causa e a intervenção seja imediata. Erro numa questão de prova ou reprovação numa prova não podem constituir atestado de não aprendizagem definitiva. Deve ser atestado de que **ainda** não ocorreu aprendizagem e que indica o local da intervenção para que esta ocorra.

É o caso do estudante que reprovou no ano anterior e, no ano letivo seguinte, na primeira prova, obteve nota baixa, justamente na disciplina em que reprovou. Diante da ira da mãe, que perguntou: ‘Nesta disciplina, de novo, meu filho?’ Ao que ele prontamente respondeu: ‘Mãe, se eu soubesse este conteúdo, não teria reprovado’. Ou seja, reprovou no ano anterior e já é candidato a reprovar novamente na mesma disciplina, porque apenas constataram o erro e reprovaram-no. Não foi feita a intervenção para que aprendesse o que não aprendera.

Correção coletiva de provas constitui-se também autocorreção. É momento privilegiado de aprendizagem para o estudante e para o professor. Muitas vezes, no quadro, resolvendo um exercício ou uma questão de prova, o estudante descobre o próprio erro: “Como pude errar isto?!”. O ganho pedagógico está no fato de que, quando se descobre o próprio erro, dificilmente se erra novamente. Melhor que ele é quando o professor vai ao quadro e aproveita para retrabalhar as ‘etapas ainda não vencidas’ que detectou durante a correção. É postura ética (do professor) e que contribui exponencialmente para melhorar a aprendizagem, dizer aos estudantes que respostas – das questões – esperava, onde e por que erraram e fazer as intervenções, imediatamente, para que aprendam.

Nas correções coletivas o professor também pode descobrir formas diferentes de o estudante se manifestar sobre um determinado tema. Muitas vezes uma questão respondida corretamente pelo estudante é considerada errada pelo professor porque (o estudante) se expressou de forma diferente da esperada pelo mestre. É momento, portanto, de o professor compreender como os diferentes estudantes aprenderam ou expressam o que aprenderam. Ou que há formas diferentes de expressar corretamente as mesmas coisas.

Mas atenção, professor! O estudante só vai estar atento a essa correção coletiva se tiver certeza de que tais conteúdos ‘cairão’ na próxima prova. Do contrário, “não estará nem aí” para tal correção. Considera matéria passada, mesmo que pouco ou nada tenha aprendido. Fica torcendo para que o próximo conteúdo seja mais fácil (para se recuperar através da média, já mencionada); ou até que troque de professor. Enquanto nossa forma de ensinar fizer com que o conhecimento chegue para o estudante ‘sem cor, sem cheiro e sem sabor’, como denuncia Rubem Alves, ele se interessará somente se ‘cair na prova’. Aliás, o estudante revela sinceridade

ao perguntar: “Professor, cai na prova?”. Quer dizer: a correção coletiva é eficiente para melhorar a aprendizagem com a adoção das **provas cumulativas**.

O que corresponde cobrar na prova seguinte, também, os conteúdos com maior incidência de erros, e devidamente trabalhados (monitoria, trabalho diversificado, correção coletiva e outros), da prova anterior. Posto de outra forma: aplicar a prova, corrigir (de preferência o mais rápido possível – se o diagnóstico e a providência demorarem, o paciente pode ir a óbito), devolver aos estudantes, fazer as intervenções (monitoria e trabalho diversificado, correção coletiva) e, na próxima prova, cobrar a matéria nova e as questões da prova anterior com maior incidência de erros, como dito acima, que foram objeto de recuperação, isto é, depois que se tiver revisado e trabalhado os pontos em questão.

Realiza-se, com a **correção coletiva** e a **prova cumulativa**, a lógica do médico que examina o paciente, reforça o aspecto da saúde que está bom (‘etapa vencida’), receita o remédio e os cuidados necessários para melhorar o que não está bom (‘etapas ainda não vencidas’) e solicita que, num determinado prazo, os exames sejam feitos novamente para verificar se o remédio foi eficaz. E funciona, também, a lógica do estudante: ‘Se não aprender o que errei nesta prova, posso errar na próxima também’. Por isso, prestará atenção na correção coletiva.

#### **4.3.8 EMPECILHOS QUE DEVEM SER REMOVIDOS PARA QUE A RECUPERAÇÃO NÃO SE TRANSFORME EM MERA TAPEAÇÃO**

**Recuperação de nota ou de conhecimento?** Quando o professor está diante de resultados (de uma prova) desfavoráveis e diante da possibilidade de virem cobranças externas, diz aos estudantes: “Na semana que vem vamos fazer outra prova”. O professor está fazendo referência à recuperação de nota ou à recuperação de conhecimento? Aqui começam a aparecer os diferenciadores. Quando avaliamos apenas para cumprir uma exigência burocrática e faz-se recuperação para dar satisfações externas, o foco desta recuperação está na nota. No entanto, quando avaliamos com a intencionalidade clara de que estudante e professor aprendam mais e significativamente, **o foco da recuperação deve ser o conhecimento**, as ‘**etapas ainda não vencidas**’. Ou seja, antes da outra prova, a aplicação de monitorias, trabalho diversificado, correção coletiva com prova cumulativa e outros.

Alguém menos avisado poderia retrucar, dizendo que quem tem notas tem conhecimento. Nem sempre é verdade:

1) Existência de boas notas não significa, necessariamente, existência de conhecimento. O estudante pode obtê-las ‘colando’, materialmente ou mentalmente (que é a “decoreba” – aprendizagem de curta duração);

2) Estudos demonstram as poucas relações entre notas e conhecimento, dado o fato que, ao atribuí-las (notas), fatores de subjetividade (relação do professor com os estudantes, formas de correção, instrumento de avaliação utilizado, conhecimento e intenção do professor, estado emocional dos estudantes) não só agem como são determinantes;

3) O conhecimento é imensurável. A mesma prova corrigida por diferentes professores pode receber diferentes notas.

4) As notas podem ser resultado dos famosos “trabalhos” onde dificilmente o professor fica sabendo se o estudante aprendeu ou não. O estudante é sincero. Pede ‘trabalhinho’ para aumentar a nota. Ele não fala em aumentar o conhecimento. Quem tem que ter esta preocupação e despertá-la no estudante é o professor.

**Simplesmente fazer outra prova ou retrabalhar, antes da outra prova, rapidamente e com outras metodologias, as ‘etapas ainda não vencidas’?**

Vezes há em que o professor diz não adiantar dar “outra chance” porque na recuperação o estudante pode tirar nota menor. É possível que isto aconteça desde que se reduza a recuperação à mera aplicação de outra prova (na maioria das vezes mais difícil ou incluindo outros conteúdos, como castigo ou para reforçar o discurso de que não adianta tentar recuperar) em vez de **retrabalhar imediatamente e com outra metodologia as ‘etapas ainda não aprendidas’ para depois aplicar a outra prova** (já vimos as modalidades de recuperação). Além disso, é preciso que na ‘outra prova’ se cobre, coerentemente, o que e como foi trabalhado na primeira prova, como determina a Resolução 02/2018/COMET. Tal retomada deve ser **imediate** (porque a demora potencializa as dificuldades do estudante e dificulta a reversão) e **com outra metodologia** (porque a utilizada mostrou-se ineficiente para aprendizagem. Então, repeti-la não resolve).

**Quando recuperar?** Quando se concebe a avaliação como mero cumprimento de uma exigência burocrática ou legal (atribuir notas aos estudantes), recupera-se (ou faz-se outra prova) apenas para autodefesa ou para dar satisfação aos pais ou às autoridades educacionais. Não há preocupação efetiva com a aprendizagem. Muitas vezes nem se acredita que ela ocorra (Lembra? ‘Não adianta dar outra chance, os estudantes vão tirar notas menores’).

Neste caso, há toda uma preocupação do professor em registrar no diário e caracterizar bem este dia, para quando o diretor, ou os pais cobrarem, ter como se defender (dar satisfações a outros).

Quando se deseja a melhoria da aprendizagem do estudante, se avalia e se faz recuperação (monitorias, trabalho diversificado e correção coletiva com prova cumulativa), não apenas em dias marcados, para dar satisfações a outrem. Faz-se recuperação **sempre que se detectarem ‘etapas ainda não vencidas’ na aprendizagem do estudante** (observação constante e após as avaliações formais, como provas e testes, que não precisam ser apenas escritos). Como afirmado acima, **quanto mais demora a intervenção, mais difícil a reversão do problema**. Não por outra razão, a LDB (Art. 24) preconiza **recuperação paralela**. Quer dizer: imediata, portanto, direito legal do aluno.

Não oportunizar ou não registrar a recuperação pode anular decisão da escola quanto à reprovação porque deixou-se de cumprir direito previsto em lei. Todavia, é importante que se faça, não por temor à lei, mas porque é fundamental para melhorar a aprendizagem do estudante e do professor. Portanto, a necessidade do registro no diário (o dia em que foi realizada a recuperação, o conteúdo retrabalhado e a modalidade de recuperação utilizada – monitoria, trabalho diversificado, correção coletiva com prova cumulativa). Haveria avanço colossal na aprendizagem se pais e estudantes soubessem e exercessem tal direito. Portanto, não há mais espaço para as recuperações terapêuticas (que ocorriam apenas no final do ano, evoluiu para o final do semestre e depois no final do bimestre) que todos faziam, para cumprir a norma, mesmo sabendo que não contribuía para a aprendizagem.

**Quem deve fazer recuperação?** Costuma-se dizer que podemos não ser muito pobres de dinheiro, mas somos miseráveis de perspectivas, no tocante ao conhecimento. Se vamos à loja comprar um objeto qualquer, e o vendedor nos diz que ele funciona em noventa e cinco por cento de seu potencial, não o aceitamos, porque queremos funcionamento em 100% e certificado de garantia por, no mínimo, um ano. Na escola, no entanto, com média 7,0 (sete) nos contentamos (Resolução 02/2018/COMET) e com média 5,0 (cinco), negociamos.

Quando um estudante domina oitenta por cento dos objetivos, cumprimentamo-lo pelo feito, mas sempre lembrando a ele que ainda faltam vinte por cento. Da mesma forma, se o estudante dominar noventa por cento, lembramo-lo que ainda faltam dez por cento. Deve-se, portanto, trabalhar com o estudante na perspectiva do cem por cento, mesmo que não se alcance.

**E como fica o programa?** Esta tem sido outra desculpa apresentada para resistir à realização da recuperação. Acabamos de analisar o rendimento de uma turma que teve, na ma-

trícula inicial, trinta estudantes. Destes, oito evadiram-se antes do término do ano e dez reprovaram. Perguntamos: para quem o professor cumpriu o programa? Para si próprio, porque, em função do “cumprimento do programa”, mais da metade dos estudantes ficaram sem nenhum programa, e os poucos aprovados estavam com média entre cinco e seis, portanto com a metade do programa.

Isso é o inverso da passagem bíblica que diz: “Cristo aproximou-se dos apóstolos e caminhou com eles”. No caso da turma de 30 estudantes, o professor não se aproximou, pelo contrário, passou correndo por eles, que saíram correndo atrás e pouquíssimos o alcançaram.

Se o professor tivesse se aproximado dos estudantes (começado os conteúdos dos pré-requisitos e dos conceitos prévios dos estudantes) e caminhado com eles (retrabalhado as ‘etapas ainda não vencidas’), com certeza seria maior o número dos estudantes que acompanhariam o professor até o final do programa.

**Foi por este motivo que se enxugou o currículo.** Para que o professor tenha mais tempo para trabalhar e fixar o essencial (iniciar os conteúdos pelos pré-requisitos, trabalhar os exercícios de sala de aula e as tarefas de casa e retrabalhar etapas ainda não vencidas). Se não conseguir ‘terminar o programa’, o professor da série seguinte fará a continuidade.

Aliás, a falta de continuidade tem sido um dos grandes problemas da administração pública em geral – o presidente da República, o governador e o prefeito dificilmente **continuam** as ações iniciadas pelo antecessor. Isso gerou, inclusive, no Congresso Nacional, a famosa e também improdutiva CPI das obras inacabadas. O professor também, dificilmente, começa o ano letivo com os conteúdos de onde parou o antecessor no ano anterior. É mais comum alfineitar: “Quem foi o professor que trabalhou apenas isso, ou que não trabalhou determinado aspecto?”. Esta conversa sobre continuidade, com o professor do ano anterior, é o que constitui a essência do planejamento. Do contrário, é “copiamento”. Se o professor do ano anterior não está mais na escola, ficou o Diário de Classe onde estão registrados os conteúdos trabalhados.

É, portanto, uma responsável construção coletiva do ensinar/formar. Impossível é querer, no início do ano letivo, que a turma toda esteja preparada para iniciar pelos conteúdos previstos no programa ou no livro didático. Legalmente isso não é necessário. A média para o estudante passar de ano é 7,0 (sete) – por isso, bastou que dominasse 70% e não 100% dos conteúdos do ano anterior para ser aprovado. E mesmo que tivesse passado com média 10,0 (dez), essa nota poderia ter sido obtida por cola material ou mental (decoreba), cujo esquecimento se faz rápido, ou pelos já referidos “famosos trabalhinhos para aumentar a nota”.

**O programa ou o ‘currículo enxuto’ determina os conteúdos que devem ser trabalhados durante o ano letivo, mas não determina de onde começar. Porque devem ser**

**começados de onde o estudante está. Ou seja: de onde parou o professor do ano anterior e dos conhecimentos que o estudante já tem (pré-requisitos e conceitos prévios).**

Estas premissas estão fundamentadas no mencionado ensinamento bíblico (aproximar-se do estudante e caminhar com ele); em Platão (caminhar ao lado do aluno); em Ausubel (o fator isolado mais importante que influencia a aprendizagem é o que o aprendiz já sabe. Descubra isso e ensine-o de acordo); em Vygotsky (começar dos conhecimentos que o aluno já tem); de Emília Ferreiro (o aluno não é uma *tabula rasa*); em Paulo Freire (começar com as palavras do cotidiano do estudante); em Terezinha Carraher (começar a Matemática com os números que o estudante lida no cotidiano); de Ubiratan D’Ambrósio (compreender a cultura do estudante) – que são fundamentais para que o estudante acompanhe o programa e, conseqüentemente, obtenha sucesso escolar.

Por isso, é missão do professor, em cada conteúdo, verificar se o estudante domina os pré-requisitos. Se não domina: trabalhá-los. O tempo investido (e não perdido) com os pré-requisitos e com as recuperações pode ser aproveitado, quando o professor planeja a aula, trabalha o essencial e não se perde nos acessórios colocados pelos autores dos livros didáticos.

Nesse aspecto, uma verificação nos cadernos dos estudantes daquela turma (aqueles dos quais dez reprovaram e oito evadiram-se) demonstrou que, na disciplina Matemática, o professor trabalhou, em sala de aula, os vinte e cinco exercícios propostos pelo autor do livro, na unidade “equação do segundo grau”, quando uma análise mais apurada demonstrou a suficiência de serem trabalhados oito exercícios estratégicos, porque traziam dificuldades diferentes. Os demais, com dificuldades iguais, o estudante deveria trabalhá-los em casa como tarefa. Trabalhar exercícios com iguais dificuldades em sala de aula e guardar os com dificuldades diferentes para a prova significa perda de tempo, que atrapalha ‘o cumprimento do programa’ e transforma as avaliações numa armadilha – jamais, portanto, um instrumento para melhorar a aprendizagem. Repetir exercícios com as mesmas dificuldades em sala de aula constitui-se ‘repeteco’ e tédio para os estudantes.

Posto de outra forma: a prática tem sido trabalhar, em sala de aula, os exercícios de fixação. Ou seja, trabalham-se os iguais na sala de aula e guardam-se os diferentes para a prova. Então, tal avaliação, nesse caso, não tem como função melhorar o ensino e a aprendizagem, mas lançar armadilhas contra o estudante.

Reforça-se: na sala de aula, o professor precisa garantir a resolução dos exercícios que trazem maior grau de dificuldade, deixando aqueles comuns e mais fáceis para o estudante trabalhar em casa, como tarefa. Isso exige planejamento do professor. Não dá para ser mero repetidor ou executor do autor do livro didático.

‘E os bons, como é que ficam? É outra pergunta que demonstra resistência para fazer as recuperações. Demonstrou-se, que por meio das ‘monitorias’ e do ‘trabalho diversificado’, os bons podem ficar melhores e os que apresentam dificuldades podem superá-las.

“**Muitos estudantes, ao receberem a prova, já perguntam quando é a recuperação**”. Essa frase tem sido repetida, também, como desculpa para não fazer as recuperações, para desacreditar a sua eficácia no tocante à melhoria da aprendizagem e para inferir que a recuperação faz com que o aluno não estude para a prova e espere pela segunda oportunidade.

Indaga-se:

1) O estudante que faz tal pergunta (“Quando é a recuperação?”), ao receber a prova para ser resolvida) está se referindo à recuperação como outra oportunidade de aprendizagem (monitoria, trabalho diversificado, correção coletiva com prova cumulativa e outros) ou à tapeação acima referida (a mera segunda prova)? É mais usual que faça referência à tapeação porque a recuperação, como se definiu acima, é pouco praticada. Portanto, dele desconhecida.

2) Qual é a porcentagem de estudantes, numa turma, que faz esta pergunta? Estamos agindo pela regra ou pela exceção? O estudante tira nota baixa ou reprova por prazer? Ou por não ter oportunidade para aprender e aprovar, quer com esta pergunta, “zoar” de si próprio ou do sistema escolar que não lhe alcança e por isso não lhe interessa, embora deseje o contrário? Será que não quer, com esta pergunta, demonstrar insatisfação por saber, com antecedência, que o resultado da prova lhe será adverso, embora, também, deseje o contrário? Será que o estudante gostaria de ter apenas uma oportunidade (a segunda prova) em vez de, pelo menos duas: a prova propriamente dita, as modalidades de recuperação citadas e a segunda prova?

É incumbência da escola e do professor ‘estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento’ (Art. 12, 13 da LDB e Resolução 02/2018/COMET) e argumentar com eles sobre as vantagens da aprendizagem e da recuperação, e nunca da ‘tapeação’. O que não pode é alimentar tal concepção equivocada de recuperação, a tapeação, e depois utilizá-la para não fazer o que determina a Lei e contribui para o estudante aprender mais.

**Não bastam as notas, é preciso anotar.** Parte considerável da ineficiência da recuperação decorre do hábito de não se anotar, durante e após a correção da prova, as etapas do conhecimento e das atitudes que o estudante venceu e as que precisam ser vencidas.

As notas registradas na prova ou no diário do professor podem constituir indicativos de que há deficiência na aprendizagem do estudante, mas não dizem onde se localiza tal deficiência. Ao corrigir as provas de uma turma, se a dez estudantes for atribuída nota 4,0 (quatro), será que esses dez estudantes, por terem as mesmas notas, tiveram os mesmos acertos e os mesmos erros? É provável que não. Mas a ausência das anotações faz parecer que sim. Mais

importante: se não se sabe quais são as deficiências, fazer recuperação do quê? Privado das anotações e pressionado a dar satisfações externas, o professor acaba colocando os estudantes que, segundo seu critério, precisam de recuperação (já discutimos quem deve fazer recuperação) numa mesma sala e trabalhando, com todos, o mesmo conteúdo. Geralmente, trabalha o que o estudante não precisa e deixa de trabalhar o que é necessário. Cumpriu-se a formalidade burocrática e legal (fez-se a recuperação), está com a defesa pronta, em caso de cobrança externa, mas as dificuldades de aprendizagem do estudante continuam.

Já vimos que nota alta pode ser um indicativo de falso sucesso. Pode ser resultado de ‘cola’ material ou mental (decoreba) ou dos famosos trabalhinhos para melhorá-la. Ou pode ser o caso mencionado da estudante de enfermagem que conseguiu média 7,0, mas numa das competências tirou nota 4,0 (quatro) e na outra 10,0 (dez). Foi aprovada, mas a deficiência permaneceu inalterada e manifestou-se no exercício profissional. Se houvesse anotações das etapas vencidas e das ainda não vencidas poder-se-ia retrabalhar as etapas ainda não vencidas e, em caso de insucesso, informar os pacientes e o mercado de trabalho sobre as suas potencialidades e deficiências. Posto de outra forma: não se venderia gato por lebre.

Anotar pode parecer mais trabalho para o professor, mas não é. O professor já faz anotações ao final de cada correção. O problema é quando estas anotações são vagas, não orientando o professor, o aluno ou os pais sobre onde fazer a retomada. A anotação do tipo: “Preste atenção!” nada diz. É preciso dizer em que se faz necessário prestar atenção, sob pena de que não se localizem, para o aluno e para o próprio professor, os pontos deficientes a que deve “prestar mais atenção” ou “estudar mais”, para que ocorra uma retomada eficaz.

Por isso, no final das provas na Rede Municipal de Ensino de Tubarão, o professor anota ou assinala, como na figura abaixo, as ‘etapas vencidas’ e as ‘ainda não vencidas’ das competências ou objetivos dos conteúdos trabalhados. Isso manifesta claro para o estudante, para o pai e para o professor a situação do estudante e o que precisa ser retomado.

OBJETIVO OU COMPETÊNCIA	ETAPA VENCIDA	ETAPA AINDA NÃO VENCIDA

Portanto, a recuperação tem duas características básicas:

1) Está focada no conhecimento e não na nota, que deve ser consequência e não finalidade;

2) Retrabalha, imediatamente e com outras metodologias, as ‘etapas ainda não vencidas’, no lugar de apenas aplicar outra prova, às vezes mais difícil e com outros conteúdos, com o objetivo de negar a eficácia da recuperação.

O contrário disto é mera tapeação, é focar na nota, reduzir a recuperação a outra prova e fazê-la para cumprir uma formalidade legal, o que não contribui para melhorar a aprendizagem do estudante e do professor. É, de fato, uma grosseira tapeação.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSUBEL, David P. **Educational psychology**: a cognitive view. New York: Rienbart and Wiston, 1980.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 10 jan. 2021.

CARRAHER, Terezinha. **Na vida dez, na escola zero**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

COMO lidar com o erro. **Nova Escola**, n. 60, 1992.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TUBARÃO. Resolução n. 2/2018. Tubarão. 2018.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TUBARÃO. Resolução n. 2/2020. Tubarão. 2020.

DUTRA, A. H.; PEREIRA, L. A.; AURAS, M. A questão do avanço progressivo na educação catarinense. **Cadernos do CED**, Florianópolis, v. 1, n. 1/2, p. 13-110, 1984.

FERNANDES, Domingos. Avaliação da aprendizagem: refletir, agir e transformar. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO, 3., 2005, São Paulo.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação, mito e desafio**. Porto Alegre: 1992.

KENSKI, Vani Moreira. Avaliação da aprendizagem. In: VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org.). **Repensando a Didática**. Campinas: Papyrus, 1991.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 1996.

LÜDKE, Menga. **Um olhar sociológico sobre a avaliação escolar**: escola básica. Campinas: Papirus/CEDES; São Paulo: ANDE/ANPED, 1992.

O FRACASSO escolar começa na própria sala de aula. **Nova Escola**, n. 66, 1993.

O PODER do professor: ele constrói o fracasso ou o sucesso do aluno. **Nova Escola**, n. 17, 1987.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T. A. Queirós, 1990.

SANTA CATARINA. Secretaria de Educação. Proposta curricular: documento preliminar. Florianópolis, 1988.

SANTIAGO, Onete Ramos. Auto-estima. **O Estado**, Florianópolis, 13 mar. 1993.

SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA, Maurício da. Aprovação compulsória ou facilitada contribui para solucionar ou para protelar e recrudescer o problema da Exclusão Escolar? In: SIMPÓSIO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – SIMFOP, 5., 2013, Tubarão. **Anais...** Tubarão: Unisul, 2013.

\_\_\_\_\_. **Avaliação no ensino de matemática**: mecanismo intra-escolar de desescolarização?. São Paulo. 1993. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. Avaliação, projeto da escola e projeto social. **Episteme**, Tubarão, v. 4, n. 11, 1997.

\_\_\_\_\_. **É preciso evitar o retrocesso**. Brasília: CPB Notícias, 1996.

SOUZA, Sandra Maria Zákia. **Avaliação da aprendizagem na escola de 1º grau**: legislação, teoria e prática. São Paulo. 1986. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

VYGOTSKY, Lev S. **Linguagem, desenvolvimento social e aprendizagem**. São Paulo: Ed. USP, 1988.